

DEBATE 13



PROBLEMAS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

agosto 73

A DISCUSSÃO DE NOSSO PROJETO DE PLATAFORMA

NO NUMERO 13 DE DEBATE, começamos a levar adiante a transição de nossa revista a uma nova fase, que corresponde tanto à evolução e desenvolvimento do conjunto de militantes que se agrupam em torno desta publicação (e de sua edição em espanhol, TEORIA Y PRACTICA) quanto à situação geral de nosso movimento revolucionário, que iniciou uma lenta mas sensível recomposição de suas forças e caminha no sentido de impulsionar decididamente a retomada das lutas diretas de massa em escala nacional, condição indispensável para derrubar a ditadura e implantar em nosso país um regime de democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo.

NOSSO PROJETO DE PLATAFORMA, que apresentamos a todos os companheiros em DEBATE-12 (e em TEORIA Y PRACTICA-3) constitui a base política desta transição acima aludida. Havíamos esclarecido, nesta oportunidade, que o Projeto não representava nem "a expressão completa", nem a "expressão definitiva" de nosso pensamento. Constitui, sem dúvida, expressão da posição coletiva de nossos militantes, e só foi lançado após longas discussões que duraram mais de um ano. Mas são muitas as questões que deixa em aberto ou que examina insuficientemente. De resto, como já o salientamos em repetidas ocasiões, não se pretende um documento sistemático, pronunciando-se articuladamente sobre todos os problemas a respeito dos quais uma organização revolucionária deve ter uma posição, a começar da análise histórica do capitalismo internacional, passando pela apreciação do sistema imperialista contemporâneo até chegar às palavras de ordem as mais detalhadas para cada setor do movimento de massa. Não era esse nosso intuito, nem poderia sê-lo. Não somos embrião do Partido por cuja constituição lutamos; somos um círculo de marxistas que se esforça por contribuir para o desenvolvimento consequente da luta ideológica, pela ligação dos militantes revolucionários à luta direta de massas e pela reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil. Por isso, ao apresentarmos um Projeto de plataforma nossa preocupação essencial é aprofundar e esclarecer os problemas que hoje confundem e dividem os revolucionários. E se apresentamos um Projeto de plataforma e não uma Plataforma, é porque consideramos que nós mesmos temos ainda muito que aprender através do trabalho teórico marxista, da discussão organizada numa imprensa revolucionária e da prática da luta de massas.

Encaramos a transformação de nosso Projeto de plataforma em Plataforma real dos marxistas-leninistas do Brasil como um processo do qual nada mais somos que um dos muitos participantes. A imagem dos pequenos cursos de água que por caminhos diferentes vão engrossar o mesmo rio é ilustrativa: mas só iremos todos ao mesmo rio se nos unirmos para contribuir à união do povo, com a classe operária à frente. No terreno teórico, unirmo-nos significa discutirmos organizadamente nossas divergências. DEBATE e TEORIA Y PRACTICA estão abertos para todas as contribuições críticas de todos os companheiros a este Projeto de plataforma. Nós mesmos tomamos a iniciativa, não somente de ir desenvolvendo sua discussão através de reuniões nos mais diversos níveis com companheiros de todas as tendências, mas de fundamentar nossas posições à luz da crítica a documentos expressivos de outros pontos de vista existentes em nossa esquerda. É assim que já neste número Fernando de Andrade e Pedro Alves aprofundam nosso ponto de vista sobre as questões do imperialismo no Brasil e da luta ideológica. Para sistematizar ainda mais este processo de elaboração teórica do programa marxista da revolução brasileira e de discussão organizada entre os marxistas-leninistas do Brasil (mas nossa convocação não se dirige somente a estes e sim a todos os revolucionários), fazemos um apelo e anunciamos uma iniciativa. O apelo: aos companheiros de todas as tendências que têm discutido nosso Projeto de Plataforma, que nos enviem por escrito seu ponto de vista, afim de que publicando-o, tornemos as críticas acessíveis ao conjunto de nossos leitores. A iniciativa: a partir do número 14, DEBATE terá nova forma de apresentação, articulando-se em torno de um tema central, que será determinado por sua importância no processo de discussão da Plataforma dos marxistas.

A SOCIEDADE BRASILEIRA : NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS
CONCEPÇÕES

Fernando de

I- Somos opressores ou oprimidos no sistema imperialista inter-nacional? Andraçê

Das divergências teóricas em nossa esquerda poucas questões assumem hoje a importância desta que consiste em saber se somos principalmente um país "neo-colonizado" ou um país "sub-imperialista". Nossos companheiros e nossos leitores em geral sabem que recusamos as duas fórmulas. Em diferentes oportunidades criticamos estas duas concepções simetricamente opostas, que constituem o tema central das duas doutrinas mais difundidas sobre a situação de nosso país no interior do sistema imperialista internacional e fundamentam respectivamente as estratégias ditas "de libertação nacional" e "socialista". Cabe agora, à luz de nossa Plataforma Política, examinar sistematicamente as posições mais características de cada uma das duas correntes.

A concepção segundo a qual o Brasil é um país "semi-colonial" foi recentemente sistematizada num importante documento da AP, intitulado Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira. Tendo explicado porque preferem a expressão "semi-colonial" à expressão "neo-colonial", o documento afirma categoricamente que "o Brasil é verdadeiramente um país dominado pelo imperialismo norte-americano", e que "pelas particularidades desta dominação e da dependência econômica o Brasil situa-se como uma semi-colônia americana". Acrescenta que esta é a "primeira, mais importante e mais geral característica da sociedade brasileira", dela decorrendo a "primeira e mais importante tarefa revolucionária, sua tarefa nacional, a de livrar o Brasil da dominação do imperialismo norte-americano" (p.62; grifos do original).

Em que se baseia tão categórica conclusão? Em especial, seria ela fruto de um "estudo científico da sociedade brasileira" como pretendem os autores do documento? Caberia antes de mais nada compreender o método de argumentação de que se servem, para em seguida confrontar os resultados a que chegam com o processo real. Toda a lógica do raciocínio do documento está orientada no sentido de mostrar que a dominação imperialista sobre nosso país é sobretudo obra do imperialismo norte-americano, já que nenhum outro país "tem a influência tão multilateral e tão profunda que tem o imperialismo ianque"; "entre nós não existe uma dominação conjunta de mais de um imperialismo..." (p.23). Se deixarmos de lado uma digressão histórica que não peca por excesso de originalidade (pp.1-4), cairemos, ao buscar o fundamento das teses do documento, numa "teoria das formas de dominação" (pp.4-6) onde são repetidas as observações de Lênin sobre o imperialismo de sua época, às quais acrescentam-se algumas citações de Mao tse-Tung. Quando chegamos ao estudo da situação do Brasil no campo imperialista, somos informados de que nosso país se encontra na "zona de influência do imperialismo norte-americano" (p.7). A noção de "zona de influência", que como se sabe nada tem a ver com o marxismo, sendo, ao contrário, uma criação dos "políticos" a serviço dos monopólios, parece desde logo como uma "categoria" fundamental do documento. Para provar o valor objetivo desta noção, o documento se apoia abundantemente no ... relatório Rockfeller, confundindo com a realidade objetiva o ponto de vista do "dono da ESSO". Seria injusto dizer que toda a argumentação do documento repousa no postulado da "zona de influência" e nas citações do relatório Rockfeller, mas basta uma primeira leitura desta "Contribuição..." da AP para ver que o dito postulado e o citado relatório constituem elementos essenciais do "estudo científico da sociedade brasileira" que ora examinamos.

A dominação imperialista em nosso país apresenta, segundo o documento "formas extremamente variadas", que se dividem em dois tipos : as "cônicas, abertas" e as "camufladas, engenhosas", sendo estas últimas as principais. (p.8). Concordamos em que o imperialismo é mau-caráter e que outros adjetivos mais poderiam classificá-lo e intrínseca maldade. Ocorre que estamos atrás de conceitos científicos, e não de um "retrato falado". Ora, a única novidade que o documento menciona, no que às formas contemporâneas da dominação imperialista se refere, é a de que "o imperialismo principalmente por volta de 1940, começa a intensificar a sua mais recente forma de exploração - os investimentos no setor industrial". (p.9). O deslocamento dos investimentos imperialistas da Agricultura e Indústria Extrativa, do financiamento das exportações (a "valorização do café, por exemplo) e importações à Indústria de Transformação é fenômeno sobejamente conhecido. Só que o documento o evoca mal, muito mais à maneira da Sociologia burguesa (que lida com "variáveis estatísticas" e grandezas abstraídas do processo histórico) do que conforme o materialismo dialético. Chegam neste sentido a cair num condenável chovinismo teórico, posto que relacionam esta transformação das formas de exploração imperialista ao conjunto das "colônias, semi-colônias e nações dependentes" (ibidem, p.9), desconhecendo o fato elementar de que os investimentos imperialistas não se dirigem em todos os países dominados, para a Indústria de Transformação. Ao contrário - e para ficarmos só no caso da América Latina, já que no que se refere à África e Ásia a situação ainda é pior, os investimentos imperialistas continuam a se concentrar, com raras exceções, nas indústrias extrativas, agricultura de exportação e controle especulativo do comércio exterior - são em três países latino-americanos, a saber, a Argentina, o Brasil e o México é que é válida a afirmação do documento sobre a nova forma de exploração imperialista. O quadro abaixo, de resto bastante conhecido, deixa bem claro o "chovinismo teórico" dos companheiros da AP :

PORCENTAGEM DOS INVESTIMENTOS DIRETOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA DE CAPITALS NORTE-AMERICANOS, SOBRE O TOTAL DOS INVESTIMENTOS DIRETOS DE CAPITALS NORTE-AMERICANOS NA AMÉRICA LATINA

ANOS	TOTAL P/ AMÉRICA LATINA	ARGENTINA	BRASIL	MÉXICO	RESTO DA AMÉRICA LATINA
1929	7%	25%	24%	1%	4%
1940	8%	20%	29%	3%	3%
1946	13%	39%	39%	21%	6%
1955	22%	51%	51%	45%	7%
1964	26%	57%	67%	59%	9%
1968	34%	64%	69%	68%	14%

Fontes : Survey of Current Business e Análise da CEPAL.

Basta olhar para o quadro acima para compreender que : (1) o aludido processo de alteração da forma da exploração imperialista, que os companheiros da AP generalizam para o conjunto das "colônias, semi-colônias e nações dependentes", é na realidade um processo extremamente desigual, já que - para tomarmos os dados relativos a 1968, tínhamos de um lado três países com 64%, 69% e 68% de investimentos ianques na indústria de transformação, e todos os demais países latino-americanos com uma média de apenas 14%. (2) A porcentagem brasileira em 1964 era praticamente a mesma que a de 1968 (67% e 69%) o que mostra que a política de investimentos ianques não se alterou com o golpe de Estado. (3) O aumento dos investimentos ianques na Indústria de Transformação do "resto da A.L." (isto é, do conjunto da A.L. menos os "três grandes"), cresceu, entre 1929 e 1968, mais devagar que a média geral latino-americana : ao passo que esta evoluiu de 7% a 34%, aquela progrediu apenas de 4% a 14%.

Mas o desvio teórico mais sério dos companheiros da AP está, a nosso ver, no fato de que apresentam esta mudança nas formas de exploração imperialista como uma decisão unilateral e algo misteriosa do próprio imperialismo, e não como expressão contraditória do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo em nosso país. Segundo eles, tudo o que até agora ocorreu em nosso país, de Pedro Álvares Cabral a Garrastazu Medici carece de maior significação: o imperialismo nos colonizou, semi-colonizou e dominou, e nada fizemos senão sofrer esta multi-seculares tirania. Em especial, o documento da AP ignora o processo de luta entre os interesses agrários e industriais, as lutas populares dos anos 20, o getulismo, as lutas de 52-54, de 61-64, e em geral, toda a dinâmica de nossa história enquanto escapa à influência do imperialismo. Vê-se, a que ponto esta maneira de considerar a realidade é distinta da nossa: aquilo que em nossa Plataforma constituiu o tema do §3, isto é, a discussão do que foi a transformação burguesa da sociedade brasileira, não é sequer objeto de consideração no "estudo científico" dos companheiros da AP. A História do Brasil, para eles é uma ficção: o que existe é a história do imperialismo no Brasil. Consideramos que este ponto de vista nada tem a ver com o materialismo histórico.

Na outra vertente encontramos os adeptos da doutrina do "sub-imperialismo". Já nos referimos em diferentes oportunidades, inclusive em nossa Plataforma a essa "doutrina nova" que vem fazendo sucesso em certos meios de nossa esquerda. Não consideramos que ela seja passível de uma refutação teórica do mesmo gênero que a anterior, posto que se trata menos de uma tese com fundamentos, falsos ou verdadeiros, numa análise da realidade brasileira, do que uma fórmula retórica utilizada ao menos por duas correntes distintas, a saber a corrente nacionalista (Paulo Schilling, líder do brizolismo e atualmente jornalista de Marcha, foi um dos lançadores da fórmula, que já em 1967 era empregada pelo socialista uruguaio Vivian Trias) e a corrente da "estratégia socialista", acantonada basicamente na emigração brasileira no Chile, e que se exprime em publicações como Palmares, Campanha e outras (não nos referimos a Temas e debates nesta categoria porque não nos parece que tenham já adotado uma posição coletiva a esse respeito), além dos escritos de certos sociólogos de "extrema esquerda", tanto na emigração quanto em áreas acadêmicas do Brasil. O sentido que cada uma destas correntes, e das sub-correntes dentro das correntes, empresta à fórmula de "sub-imperialismo" é variado, mas globalmente se pode dizer que caem todas numa demagogia pseudo-"internacionalista" ao apresentarem o Brasil principalmente como base de operações dos monopólios e não como país principalmente explorado pelos monopólios. Se os companheiros da AP adotassem um justo critério teórico e político, teriam formulado desta maneira, ou de maneira semelhante, a crítica aos oportunistas "de esquerda" que não hesitam, para aparecer como "super-revolucionários", isto é como revolucionários de boca, em utilizar uma fórmula que mascara o fato essencial de que o Brasil é antes de mais nada vítima do imperialismo internacional. Mas os companheiros da AP vão além, querem "pagar na mesma moeda" os oportunistas de esquerda, e não hesitam, por sua vez, em classificar como "reacionária", "contra-revolucionária", a tese de que "o imperialismo norte-americano não mais seria o inimigo principal do povo brasileiro, de que este inimigo já seria a grande burguesia brasileira que teria conseguido... se afirmar como um "sub-imperialismo" (ibidem, p. 13). E acrescentam os companheiros da AP: "Esta tese tem sido, com pequenas nuances, tradicionalmente defendida no Brasil pelos contra-revolucionários trotskistas. São posições trotskistas" (ibidem, pp. 13-14). Esta linguagem é conhecida. Tem atrás de si uma triste trajetória. E para ficarmos no presente, notemos apenas que favorecerá a divisão de nossa esquerda, contribui para envenenar ainda mais o clima político no interior de um movimento que já está suficientemente dividido e joga água no moinho de um obscurantismo fanático que de resto contrasta com o esforço de análise contido no documento "Contribuição...". Que-

RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA (em %)

ANO	INDÚSTRIA	AGRICULTURA	ANO	INDÚSTRIA	AGRICULTURA
1950	47	53	1960	53	47
1955	49	51	1963	57	43
1956	52	48	1965	52	48
1957	52	48	1970	64	36

É realmente extraordinário falar em "estabilização na predominância da indústria sobre a agricultura quando nos últimos anos (de 1965 a 1970) a relação entre ambas passa de 52/48 a 64/36!

(c) avaliar no interior da produção industrial, a relação entre a produção de bens de produção e a produção de bens de consumo. No afã de mostrar que o desenvolvimento da indústria brasileira não assumiu as proporções que quer fazer crer a ditadura, e junto com ela um certo "camarada Dorival", com o qual o documento pretende ajustar as contas, os "companheiros da AP" constroem, na p.29 de seu trabalho, uma hipótese analítica sobre a repartição da Indústria entre o Setor de produção de meios de produção (SETOR I, na teoria marxista da circulação) e setor de produção de meios de consumo (SETOR II na mesma teoria). Como não indicam pormenorizadamente sobre quais critérios fundamentam a divisão daquilo que nas estatísticas oficiais figura como "setor de bens intermediários" em bens de consumo e bens de produção (contentando-se em apelar para um genérico "critério justo da predominância do destino (do produto)", é com as maiores reservas que transcrevemos o quadro sobre a Estrutura da produção industrial, citado à p.29 do documento da AP:

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (em %)

Especificação	1939	1949	1955	1959	1964	1969
Bens de consumo	80	75	72	64	63	61
Bens de produção	20	25	28	36	37	39

O comentário que fazem em seguida a respeito destes dados é de que "a produção de bens de produção não predomina sobre a produção de bens de consumo no conjunto da produção industrial brasileira" (ibidem, p.30). Com efeito, 61 é maior que 39. Só que, como nos anos posteriores a 1970 a produção industrial continuou a crescer a um ritmo mais rápido que a produção agrícola, é óbvio que dentro de poucos anos, como exigência da própria reprodução ampliada capitalista, a produção de bens de produção ultrapasse a produção de bens de consumo no valor global da produção industrial. De qualquer modo o próprio quadro utilizado pelo documento da AP mostra que de 1939 a 1969 a produção de bens de produção passou, relativamente à produção de bens de consumo, de 20% a 39%, enquanto esta diminuía de 80% a 61%. Se é assim, é evidente que não somente o ritmo de desenvolvimento da produção de bens de produção tende a ser cada vez mais rápido que o do desenvolvimento da produção de bens de consumo, mas também que o nível de desenvolvimento já atingido (que deve representar atualmente mais de 40%) pela produção de bens de produção já é de molde a situar o Brasil como um país onde se equilibram a produção de bens de produção e a de bens de consumo. Três observações sobre este ponto: (1) em favor das teses do documento da AP - que se esforçam por minimizar o desenvolvimento do SETOR I de nossa indústria - deve-se notar que o déficit na balança comercial brasileira nos últimos dois anos se explica em boa parte pelo aumento do volume e do valor da importação de bens de produção, que cresceu mais rapidamente que as exportações, embora estas, como todos sabem, tenham crescido bastante. O artigo de Henrique Henriques, e os anexos a este texto (especialmente uma análise da revista Visão de 13-III-1972), publicados em DEBATE-10,

trazem indicações bastante úteis a este respeito. (2) Contra as teses da AP cabe criticar, ainda uma vez, -o que leva a crer que se trata realmente de um desvio teórico tenaz destes companheiros- as conclusões do documento que absolutizam uma correlação estatística aplicável a um momento fixo e subestimam a tendência manifesta do processo de acumulação capitalista. Esquecem-se de um princípio tão caro a Mao Tse-tung, de que "o repouso é relativo e o movimento absoluto". Ao ler o documento da AP, temos exatamente a impressão contrária, de que o repouso é absoluto e o movimento é relativo, ou ao menos -para empregar uma linguagem que os companheiros maoistas conhecem, de que o repouso é principal e o movimento secundário. Ora, o escrito de Mao-Tse-tung sobre a contradição chama a isso de atitude metafísica e reacionária, opondo-a à atitude dialética e revolucionária. (3) A crescente "dependência" do Brasil em relação à produção internacional (externa) de meios de produção, que acompanha sua crescente "integração" no sistema imperialista internacional é um processo contraditório. Criticando o uso que sociólogos "de esquerda" e socialistas "de cátedra" fazem dessas noções, nosso Projeto de plataforma insistia em que é típico da sociologia burguesa entender a noção de integração como "absorção num mesmo mecanismo de processos até então separados" em vez de entendê-la como "unidade de contrários" (DEBATE-12, p.13) e que justamente por isso, os sociólogos de esquerda concebem a "integração" de nossa economia ao imperialismo como se este fosse um aspirador que engulisse o Brasil, em vez de compreender que o desenvolvimento do capitalismo monopolista em nosso país, ao mesmo tempo que o vincula mais estreitamente às vicissitudes do sistema imperialista internacional, cria as premissas materiais para a transformação socialista.

O documento da AP passa por cima de todos estes problemas metodológicos : não se preocupa em fazer a "crítica da economia política" de que se servem os "socialistas de cátedra" e seus amigos sociólogos de esquerda. Prefere a este método marxista a condenação sectária e descabida, tratando os adeptos da chamada "estratégia socialista" de contra-revolucionários, retomando certas sinistras ladainhas contra o "trotskysmo". (ibidem, pp.13-14). O que só contribui para aumentar ainda mais a confusão, posto que para o comum dos mortais, que não tem o olhar de lince dos autores do documento, que descobrem "trotskysmo" na doutrina "cepalina" do "sub-imperialismo", torna-se difícil entender que um grande dirigente revolucionário como Fidel Castro deva ser tratado como um "contra-revolucionário trotskysta", já que ele também, em alguns de seus discursos, empregou a expressão "sub-imperialismo" referindo-se ao Brasil. Para nós, que consideramos que todo fanatismo é de essência reacionária, o fato de que Fidel Castro tenha empregado uma expressão que consideramos teoricamente vazia e politicamente errônea, mostra simplesmente que o contrabando ideológico realizado por certos ideólogos pequeno-burgueses da "dependência" e do "sub-imperialismo" causa mais prejuízos de que se pensa habitualmente e por isso mesmo deve ser combatido ideologicamente como nós o temos feito em DEBATE e TEORIA Y PRACTICA. Mas é intolerável tratar os representantes teóricos da pequena-burguesia radical como se fossem nossos inimigos, catalogando-os, como faz o documento da AP, de "contra-revolucionários. Os revolucionários consequentes reservam esta expressão para os grandes monopolios, para os gorilas, para os agentes da burguesia monopolista...

"O caráter da revolução se determina pelo caráter da sociedade... No Brasil a Indústria domina a Agricultura e as relações capitalistas de produção dominam as relações pré-capitalistas de produção. Os principais ramos da Indústria estão dominados pelo capital monopolista cujo processo de reprodução ampliada domina o conjunto do processo produtivo em nosso país" (Projeto de plataforma, DEBATE-12, p.12). Nossos leitores e companheiros sabem que depois de ter afirmado claramente este ponto, não procedemos, como fazem certos doutrinários "de esquerda", por via dedutiva, procurando extrair diretamente da definição de nosso sistema econômico como predominantemente capitalista uma "estratégia socialista". Nosso método não é hipotético-dedutivo, mas materialista e histórico. Por isso, o que fizemos foi ana-

lizar a via histórica da transformação burguesa da sociedade brasileira. Nosso método perseguiu a unidade da economia e da política e vinculou constantemente o desenvolvimento das relações capitalistas de produção com a luta da burguesia brasileira pelo poder de Estado. O §3 de nosso Projeto de plataforma, consagrado à questão do Caráter da revolução, e especialmente a passagem contida às pp. 14-20, constituem por isso mesmo uma aplicação efetivamente marxista do materialismo histórico, contrastando tanto com o método idealista, hipotético-dedutivo dos doutrinários "de esquerda" que a AP caracteriza em bloco como "trótskystas" quanto com o materialismo vulgar (não-dialético, porque separando a economia da política) de que se servem os companheiros da AP em sua "Contribuição...". Se quizéssemos encontrar um "ismo" para opor, como desvio simétrico, ao "trótskysmo" dos sociólogos "de esquerda", definiríamos este desvio dos companheiros da AP a partir da seguinte observação de Lênin: "O fundo teórico do erro que comete aqui o camarada Bukharin é de colocar o ecleticismo no lugar da relação dialética entre a política e a economia... "Uma e a outra", "de um lado, de outro lado", eis a posição teórica de Bukharin. E isso é o ecleticismo. A dialética exige que levemos em consideração todos os aspectos das relações em seu desenvolvimento concreto, e não que peguemos um pedacinho aqui e um pedacinho ali" (Lênin, De novo os sindicatos, a situação atual e os erros de Trotsky e Bukharin, Obras, vol. 32, p.91). A "Contribuição..." dos companheiros da AP, pegando um pedacinho aqui, um pedacinho acolá de nossa situação econômica, colocando "de um lado" a economia e deixando "para outro lado" (para outro documento provavelmente) a política, falando ora "de uma", ora "da outra", caem no bukharinismo, doutrina não muito apreciada pelo marechal Stalin nos anos 1930...

A tese de nosso Projeto de plataforma, sobre o caráter capitalista de nossa economia, sobre o caráter dominante da acumulação monopolista no processo de reprodução ampliada do sistema econômico brasileiro, sobre a hegemonia da burguesia monopolista em nosso país e no Estado, através da ditadura militar, exprime esta unidade determinada historicamente da economia e da política, e constitui portanto a formulação efetivamente marxista, materialista e dialética do caráter da sociedade brasileira. Queríamos somente, para trazer um elemento a mais a este corpo de teses, mencionar um estudo recente do economista Paulo Singer ("Milagre Brasileiro", causas e conseqüências, São Paulo, CEBRAP, 1972), onde, sobre a base de um exame rigoroso da política econômica praticada pelo primeiro governo da República de 1946, fica patente que, malgrado o fato de que o poder de Estado estava partilhado entre a burguesia e o latifúndio (ver sobre este ponto o Projeto de plataforma, DEBATE-12, p. 15 e 16) os interesses dos capitalistas já eram dominantes sobre os interesses dos senhores da terra. Falando de nosso comércio exterior, Singer nota que neste período "particularmente grande foi a elevação dos preços do café, que subiram de 74% entre 1945 e 1948, trazendo grandes lucros aos cafeicultores, apesar de neste período a taxa cambial ter caído de Cr\$ 19,50 para Cr\$ 18,72 por dólar e apesar do índice geral de preços (exclusivo café), no Brasil, ter subido de 29%. Esta situação permitiu ao governo manter a mesma taxa cambial até 1953 e instituir o monopólio estatal de compras de divisas, que iam sendo alocadas aos importadores de acordo com um plano de prioridades destinado a proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira e a facilitar a importação de equipamentos e matérias-primas destinadas a novas substituições de produtos importados" (grifos nossos) (Singer, ibidem, p.26). Fica claro nesta passagem que o Estado, através do controle do comércio exterior, confiscava uma fração do sobre-lucro dos plantadores de café, atribuindo-a aos capitalistas nacionais, e que portanto o conjunto do nosso processo produtivo já era subordinado à lógica da acumulação capitalista. Singer acrescenta que estes capitalistas nacionais já dispunham de uma posição de monopólio (já constituíam uma burguesia monopolista): "Este

sistema teve repercussões profundas, tanto sobre a marcha da industrialização quanto sobre a inflação. Por um lado ergueu uma barreira cambial que reforçou a reserva de mercado para a indústria nacional, reforçando suas posições monopolísticas, e subvencionou amplamente a acumulação do capital industrial, transferindo para as empresas industriais parte do excedente produzido no Setor de Mercado Externo (grifos nossos). Esta parte correspondia à diferença entre o preço dos produtos exportados convertidos a uma taxa cambial fixa e o aumento dos preços internos, que foi de 82% entre 1947 e 1953" (Singer, *ibidem*, pp.26-27). Este é um exemplo de uma análise materialista e histórica, que vincula as transformações econômicas aos interesses de classe que as manipulam. Compare-se a ela o fetichismo aritmético dos companheiros da AP, que após mostram, no quadro da p.27 da sua "Contribuição...", que em 1956 a produção industrial tornara-se maior que a agrícola, passando de 49% contra 51% respectivamente em 1955, a 52% contra 48%, escrevem, na mesma página, que "a mudança ocorrida em 1956 foi uma mudança de pouca monta, apesar de ter estabelecido uma qualidade nova (grifos nossos). A social-democracia também considerava que quando obtivesse 51% dos deputados no Parlamento burguês produzir-se-ia uma "qualidade nova" na correlação de forças entre Trabalho e Capital...

III- O Estado, os monopólios do Brasil e o sistema imperialista

O fenômeno essencial do desenvolvimento do modo de produção capitalista em nossa época é, quando o consideramos em sua lógica interna (e não em seu enfrentamento com o sistema socialista internacional) a integração dos monopólios com o Estado burguês constituindo o capitalismo monopolista de Estado. A teoria do capitalismo monopolista de Estado (CME) que Lênin pressentiu em alguns de seus escritos (por exemplo em A catástrofe iminente...) e a qual aludimos no editorial de DEBATE-5 constitui o desenvolvimento da teoria marxista do capitalismo em nossa época e permite compreender a natureza da expansão capitalista após 1945, bem como a crise atual que atravessa o sistema imperialista internacional. Lamentavelmente, por mais que se percorra a literatura marxista do Brasil, nada se encontra a respeito do CME, o que contribui e muito, para explicar a voga de doutrinas simplistas e oportunistas, como esta do "sub-imperialismo": o contrabando é objetivamente possível quando faltam certos produtos. Faltando uma teoria marxista do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo e do imperialismo, surgem sucedâneos dos mais variados tipos, que têm em comum a característica de serem produtos adulterados. Nisso aliás se distinguem os produtos do trabalho teórico das mercadorias: no caso destas, o contrabando não lhes altera necessariamente a qualidade, ao passo que no domínio das idéias, ele conduz necessariamente a falsificações. Os dois desvios opostos, que consistem em apresentar o Brasil como um país "neo-colonial" ou "semi-colonial" (reconhecendo que os companheiros da AP mostram uma certa prudência ao preferirem a segunda expressão à primeira e que a definição do Brasil como "semi-colonial" nos parece distorcer bem menos a realidade que a de "neo-colonial", que significa simplesmente que o Brasil estaria submetido a uma colonização de novo tipo, o que nos parece tão descabido quanto dizer que a mulher é "colonizada" pelo homem, ou que o catalão é "colonizado" pelo castelhano, a palavra "colonização" perdendo toda e qualquer determinação histórica concreta, tornando-se sinônimo de "opressão" em geral) ou como um país "sub-imperialista", isto é, como um país associado/subordinado aos países imperialistas na exploração dos povos do mundo inteiro (como se isso fosse o traço principal da sociedade brasileira e não as dezenas de milhões de camponeses vivendo em condições sub-humanas e os milhões de proletários esfolados pelo arrocho), são ambos consequência da falta, em nossa esquerda e em geral, na esquerda latino-americana, da teoria do CME e sobre a base desta compreensão marxista do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo, da determinação correta da situação do Brasil dentro do sistema impe -

rialista internacional. Não se trata para nós, no entanto, de "adotar" esta teoria e transpo-la, sem mais, para nosso país. Tal atitude seria justamente o oposto daquela que preconizamos, a saber, de que a elaboração da teoria marxista da revolução social no Brasil deve ser a síntese de análises concretas de situações concretas. Por isso mesmo, prolongando o esforço teórico materializado em nosso Projeto de plataforma, propomo-nos a desenvolver nos próximos números de DEBATE e de TEORIA Y PRÁTICA o estudo da teoria do CME e do imperialismo contemporâneo e a análise das articulações entre Estado e monopólios no Brasil.

Por ora é nossa intenção adiantar somente algumas observações a respeito de como se encontra tratada a questão das relações entre Estado e monopólios pelas diferentes correntes de nossa esquerda e de modo geral em nossa literatura econômica. Trata-se, repetimos, de indicações sumárias que em absoluto não tem pretensão de ser sistemáticas. Se assumem o caráter de notas críticas sobre as idéias existentes, não deve ver nisso o leitor qualquer intuito "criticista", qualquer preocupação preocupação mesquinha de "derrubar" teses alheias. A crítica para nós, é método em busca do conhecimento.

A Contribuição... dos companheiros da AP consagra algumas páginas (pp.13-16) ao "papel da estatização de empresas na economia nacional". Ainda aqui as conclusões e antes delas, o tratamento do tema, são decepcionantes. O argumento destes companheiros é de que a propalada afirmação segundo a qual "das 10 maiores empresas brasileiras, 9 são estatais" leva à tese "não simplesmente direitista ou esquerdista, mas reacionária, contra-revolucionária, de que o imperialismo norte-americano não mais seria o inimigo principal do povo brasileiro, de que este inimigo já seria a grande burguesia brasileira..." (ibidem, p.13). Deixemos de lado o audacioso desembaraço dos companheiros da AP na manipulação de adjetivos e examinemos a maneira como encaram o papel da estatização. No essencial, observam que "as empresas estatais se constituem no Brasil em um pequeno grupo de firmas concentradas em certos setores básicos da economia do país" (p.15). Mas o lucro que elas obtêm é consideravelmente menor que o das empresas privadas: o da Petrobrás é de 14,4%, "enquanto o da Esso é de 25,2%, etc." (p.15). É a isto que se chama arrombar uma porta aberta! Empenhados ainda uma vez, em disputa sobre critérios estatísticos, socorrendo-se ora de Visão, ora do Dirigente Industrial, ora do Mundo Econômico, os companheiros da AP acabam por admitir, no quadro que constroem à p.15, que 72,5% do setor de infra-estrutura e 52,3% da indústria de bens intermediários é estatal. Não discutem sequer a questão do peso dos capitais públicos na formação bruta do capital fixo em nosso país; não comentam o fato sabido por todos de que a metade dos investimentos realizados no país depende, de uma maneira ou de outra, do setor estatal. Não parecem interessados em dar conta dos fenômenos. Querem a todo custo refutar a tese de que o setor de Estado constitua, nas mãos da burguesia monopolista brasileira, um instrumento capaz de sustentá-la prioritariamente, não somente no sentido de favorecer a concentração monopolista da produção, mas inclusive no de jogar com as contradições interimperialistas, e especialmente de tirar partido da luta entre os grupos monopolistas rivais dos países capitalistas dominantes. Para "comprovar" esta "refutação", outra coisa não fazem além de mostrar o que todos já sabem, isto é, que os lucros da Esso são maiores que os da Petrobrás! Coerentes com seu raciocínio, os companheiros da AP deveriam concluir que os lucros do grupo Bradesco sendo maiores que os da Esso, o capital financeiro brasileiro é dominante em relação ao ianque! Mas não seguiremos estes companheiros em seu culto ao fetiche dos números. O que importa é que seus argumentos não provam nada, salvo as verdades mais corriqueiras e aqui-provadas, como a de que "o capital privado continua comandando amplamente a economia brasileira" (p.15). Só que depois desta obviedade, os companheiros da AP, sem trazer nenhum outro argumento, acrescentam pela via silogística que lhes é tão peculiar: "pelo papel privilegiado que joga dentro deste capital

privado o capital estrangeiro imperialista...é...quem, em última análise, detem as rédeas da economia brasileira". Por consequência "...as empresas estatais atuam segundo os interesses deste capital imperialista e do capital da grande burguesia brasileira" (p.16). Navegamos no mar nebuloso da consciência religiosa : é porque é, ou melhor, é porque é "em última análise", só que a análise em questão deve mesmo ser a última porque os companheiros da AP não tiveram tempo de fazê-la em sua "Contribuição...". O que está por trás destas profissões de fé? Em nosso entender, a repetição da doutrina neo-kautskysta do "super-imperialismo" (é uma ironia do processo de luta ideológica o fato de opor de um lado os doutrinários do "sub-imperialismo" brasileiro, do outro os do super-imperialismo ianque) que nega qualquer importância às contradições interimperialistas e à luta entre os grupos monopolistas internacionais, a ponto de considerar que basta "provar" a dominação ("em última análise") do "capital estrangeiro imperialista" em nosso país, para "demonstrar" que o inimigo principal é o imperialismo ianque. A tal ponto se identifica, na opinião da AP, "imperialismo" em geral com imperialismo ianque...

Não retomaremos aqui as considerações sobre o papel do setor de Estado na acumulação monopolista, tais como as desenvolvemos no editorial de DEBATE-6 (pp.8-14). É nosso propósito, dentro do desenvolvimento da discussão sobre nosso Projeto de plataforma e no processo de elaboração de nossas Teses para o programa marxista da revolução brasileira, estudar a questão de maneira sistemática. Lembraremos tão somente aos companheiros da AP que é tanto mais infantil este argumento de que as empresas estatais têm menos lucro que as do capital estrangeiro, que em verdade, por sua própria natureza econômica, elas dispensam o lucro, já que não existem para dar lucro diretamente, mas para criar condições para que os capitalistas possam ter lucros. Mesmo que a Petrobrás desse um prejuízo, em vez de um lucro, de 14,4%, e mesmo que o lucro da Esso fosse o dobro do que é, isto não provaria estritamente nada, salvo que os monopólios dominam a economia nacional... Resta saber que monopólios são esses, e em especial, se, como pensam os companheiros da AP (e também os da TL/ALN), a ditadura militar é, no essencial, a expressão da dominação dos Estados Unidos sobre o Brasil, ou, como afirmamos em nosso Projeto de plataforma (e antes disso no editorial de DEBATE-7) a burguesia monopolista brasileira tem uma base própria de dominação de classe. Nossa idéia é a de que, no interior do sistema imperialista internacional a burguesia brasileira, e sua fração dominante, a burguesia monopolista, ocupam lugar subordinado, o que as leva a aceitar tanto no domínio militar e político, quanto no domínio econômico, posições subalternas que implicam em prejuízo para a economia nacional mesmo do ponto de vista das relações capitalistas de produção. (Coisa que os doutrinários da "estratégia socialista" são incapazes de ver). Mas inferir daí que o setor de Estado brasileiro é um instrumento a serviço do imperialismo ianque é reduzir a complexidade do processo histórico e das relações sociais à simplicidade de um ato de fé. O caráter dominante do imperialismo ianque no conjunto do sistema imperialista é inegável. Mas igualmente inegáveis são as contradições imperialistas, a luta pelos mercados e fontes de matéria-prima entre os Estados imperialistas, e as múltiplas articulações de interesse construídas sobre esta base. Fiquemos apenas no caso do Brasil : segundo a revista Banás (número 997 de 28/V/1973), os investimentos alemães no Brasil atingem cerca de 1 bilhão de dólares, num total de 3 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros. Na mesma revista lemos que das 10 maiores empresas monopolistas alemãs, 8, entre as quais as 7 primeiras, têm subsidiárias no Brasil : Volkswagen, Siemens, Hoechst, Basf, Daimler-Benz, Bayer, Thyssen e AEG-Telefunken. São monopólios que dominam setores inteiros da nossa indústria. Os monopólios japoneses embora ainda estejam longe de alcançar os alemães, intensificam seus investimentos no Brasil, como de resto foi largamente noticiado pela nossa imprensa. A guerra comercial entre Japão e Estados Unidos, se manifesta igualmente sob a forma de uma

guerra em busca de novas esferas de investimento de capitais super-acumulados que ameçam abaixar ainda mais a taxa de lucro, caso estas novas esferas de valorização do capital não sejam encontradas. Daí a ofensiva japonesa em direção ao Brasil, atingindo em 1972 um total de 700 milhões de dólares em investimentos, prevendo-se que até o fim de 1973 eles ultrapassem 1,5 milhões de dólares, o que faria do Japão o segundo país na lista dos capitais estrangeiros no Brasil, na frente da Alemanha e logo atrás dos Estados Unidos. Sabe-se também que somente o grupo monopolista Mitsubishi pretende investir nos próximos cinco anos, 1,2 bilhões de dólares no Brasil.

O novo acirramento das contradições interimperialistas, a luta constante que travam uns contra os outros os grupos monopolistas dos diferentes Estados imperialistas, refletem-se pois no Brasil no sentido de diminuir o peso relativo da dominação norte-americana e de criar uma margem de manobra para a burguesia monopolista brasileira, que vem sendo aproveitada pela ditadura militar. O papel hegemônico dos Estados Unidos dentro do sistema imperialista internacional faz com que sejam eles os principais sustentáculos dos interesses globais do campo capitalista e que tirem desta situação proveitos correspondentes. Mas não foi necessário esperar que estourasse a crise do dólar para compreender que a doutrina do super-imperialismo yanque é falaciosa e anti-marxista. Os Estados Unidos não fazem o que querem no mundo capitalista. Para ficarmos apenas em nosso continente, tiveram de engulir o regime nacional-popular peruano, o governo de Unidade Popular no Chile, o nacionalismo de Torrijos no Panamá, a vitória do peronismo na Argentina, e sobretudo o fracasso do bloqueio a Cuba. A ALALC é um fracasso reconhecido por seus próprios autores; a OEA "já era", e o sucesso do Pacto Andino mostra claramente que mesmo do ponto de vista capitalista é possível seguir uma via distinta daquela que consiste em fazer o que é bom para os Estados Unidos. Por isso mesmo, se hoje o Brasil continua atrelado à política internacional yanque, isto se deve mais a uma decisão da burguesia monopolista brasileira e do regime de ditadura militar do que a uma imposição do imperialismo yanque. Donde nossa concepção de que o objetivo central dos revolucionários do Brasil é derrubar a ditadura militar e o serviço dos monopólios e não a de expulsar os yanques...

F.A., junho de 1973

MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUES

Pedro Alves

(A propósito de um documento da ALN, criticado do ponto de vista de nosso Projeto de Plataforma)

I

Conforme indicamos em DEBATE-12, damos como encerrada, no presente artigo, a discussão travada em torno do documento ACN. Ou melhor, as considerações que se seguem, embora se refiram frequentemente ao artigo com que se encerrou, nas páginas de DEBATE, a polémica em torno do documento ACN, constituem sobretudo uma apreciação crítica, à luz de nosso Projeto de Plataforma, de algumas das idéias centrais expostas pelos militantes da ALN em sua Contribuição à discussão de "Uma autocritica necessária" (designada doravante por "Contribuição à ACN"). Não faremos uma refutação de todos os problemas de que trata a "Contribuição à ACN, posto que os fatos tornaram cruelmente desnecessário este esforço. Tentaremos somente indicar as origens dos equívocos da ALN como consequência tanto de sua composição social quanto de seu desconhecimento do materialismo histórico e da realidade nacional. Tal tarefa se mostra tanto mais urgente que muitos companheiros que hoje se engajam no processo auto-crítico, se recusam obstinadamente a abandonar as raízes intelectuais mais profundas da atitude militarista, escondendo-se atrás de palavras de ordem do tipo :

"por uma crítica do militarismo dentro dos marcos da luta armada", ou insistindo na inevitabilidade da guerra revolucionária no campo.

A primeira parte da "Contribuição à ACN" visa a refutar a opinião de José dos Santos segundo a qual a penetração da pequena-burguesia revolucionária (PRB) nas fileiras da ALN foi um dos principais motivos do desvio de sua linha proletária expressa nas teses de 1967. A resposta da "Contribuição à ACN" pode ser sintetizada, quanto a esta primeira parte, em dois pontos: (1) a PBR existe mas não tem ideologia própria; (2) quanto aos pequenos-burgueses que adotaram a perspectiva da revolução, não é sua origem de classe que os define, mas sua prática.

Começaremos pelo exame deste novo malabarismo mental: a pequena-burguesia radical existe mas não tem ideologia própria. É notável que em nenhuma das citações usadas pelos autores da "Contribuição à ACN" (que ocupam o essencial de sua argumentação sobre a questão) está escrito que a pequena-burguesia não tem uma ideologia própria. O que nestas citações se evidencia é que a pequena-burguesia (no sentido o mais lato e portanto mais abstrato do termo, já que a expressão designa tanto os intelectuais e estudantes quanto os açougueiros e funcionários públicos, passando pelos dentistas e médios proprietários agrícolas) tem uma posição intermediária face à contradição fundamental do capitalismo (Capital X Trabalho). De modo geral, a pequena-burguesia encarna uma forma econômica transitória (que persiste entretanto durante todo o capitalismo e só é definitivamente abolida no comunismo) que se conserva nos setores ainda não submetidos às relações de produção propriamente capitalistas. A produção pequeno-burguesa concilia aquilo que o Capital tem a corrosiva função histórica de dissociar, o trabalho e a propriedade, isto é, a possibilidade para o trabalhador de dispor dos meios de reproduzir sua vida material. A pequena-burguesia no sentido estrito é composta pelos indivíduos que vivem de seu trabalho sem vender ao Capital sua força de trabalho. Por representar o contrário tanto do capitalismo (que se desenvolve sobre a base da apropriação privada do produto do trabalho social e se fundamenta na expropriação do produtor imediato) quanto do socialismo (que se desenvolve sobre a base da apropriação coletiva do trabalho social e se fundamenta na socialização dos grandes meios de produção e de troca), a pequena-burguesia não pode ter um projeto verdadeiramente independente de organização social, a partir do momento em que o Capital penetra na esfera da produção e provoca a socialização do trabalho.

Do exposto vê-se que aquilo que os autores da "Contribuição à ACN" localizaram como inexistência da ideologia da pequena-burguesia, na realidade, é, em realidade, que a inviabilidade histórica da dominação do modo de produção pequeno-burguês na época do capitalismo. (De resto, não se pode confundir a pequena-burguesia com as camadas médias da população que não têm necessariamente a propriedade como condição de reprodução de sua existência, estando muitas vezes incluídas na produção capitalista e participando do processo de trabalho social. Não nos deteremos aqui na análise das camadas médias porque o militarismo não constitui expressão política da revolta das camadas médias em geral). Nossa tese é de que não somente existe uma ideologia pequeno-burguesa e uma política pequeno-burguesa, como inclusive esta classe é capaz de dirigir, parcialmente ao menos, setores importantes do povo num processo revolucionário. Na raiz do erro da "Contribuição à ACN" (que negam à pequena-burguesia estas possibilidades) está a redução dos fenômenos políticos concretos à oposição mais geral entre burguesia e proletariado, o que os leva a ignorar o caráter social amplo da luta democrática, implícita e abusivamente assimilada à luta anti-burguesa. O que os leva a esta brilhante interpretação da Ideologia Alemã: "na sociedade capitalista temos duas ideologias em luta: a das duas classes antípodas por representarem interesses que

se excluem. As idéias dominantes são as da classe dominante; as diversas camadas que existem entre os dois polos não têm e não podem ter ideologia própria, por falta de base material para elaboração de tal ideologia e oscilam entre um e outro polo, política e ideologicamente" ("Contribuição à ACN, DEBATE 12, p.35). Tentaremos mostrar através de alguns exemplos históricos a parcialidade de tal interpretação.

O caso da revolução francesa de 1848 é bastante ilustrativo. A monarquia de Luis Felipe foi derrubada em fevereiro 1848 pela insurreição popular. O caráter republicano do "governo de fevereiro" foi imposto pelo povo, particularmente pelo proletariado parisiense. Porém no governo como expressão de sua força política organizada, os representantes do proletariado receberam um ministério marginal. Excluído assim das decisões mais importantes, o proletariado sofre um ataque cada vez mais duro por parte de seus adversários, sobretudo a partir da eleição da Assembléia Constituinte em maio 1848, que constituiu a "tradução burguesa" das conquistas de fevereiro (Marx, 18 Brumário, Ed. sociais, p.23), já que esta Assembléia se baseava no sufrágio universal dos indivíduos e não na organização das massas. O proletariado respondeu pela grande insurreição de junho, cuja derrota enfraqueceu-o a ponto de fazê-lo aparecer "como simples apêndice do partido pequeno-burguês democrata" (Marx, ib., p.42). Ora, Marx nos diz que embora a pequena-burguesia não tenha um "interesse egoísta de classe" (ib., p.51), ela tem uma ideologia própria que consiste em crer que "as condições particulares de sua libertação as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva, nem a luta de classes evitada" (ib., p.51). Seria absurdo pensar que a ideologia da pequena-burguesia democrática da França de 1848 (dispondo de mais de 1/4 das cadeiras na Assembléia, exercendo influência nacional, e contando com a simpatia de setores militares e proletários) seja a mesma que a da pequena-burguesia radical que se destacou no processo de ações armadas urbanas a partir de 1968. Mas não é menos absurdo negar, no terreno dos princípios, tanto a uma quanto à outra, uma ideologia própria e uma posição própria na luta política.

Só que enquanto a pequena-burguesia democrática de 1848 se punha verbalmente acima das contradições de classe, pretendendo em vão representar os interesses de todas as classes, a pequena-burguesia radical põe-se "na prática" (isto é, em sua prática de 1968) do lado do proletariado, erigindo-se e proclamando-se como intérprete das aspirações dos operários na luta contra a burguesia. Essa diferença advém sobretudo do fato de que a pequena-burguesia democrática da França de 1848 representava efetivamente a maioria das camadas médias da população (cf. 18 Brumário, pp.45-46), enquanto que o movimento de luta armada deflagrado em 1968 no Brasil, representava somente os setores intelectuais radicalizados da pequena-burguesia, e numa escala bem menor, outros setores populares. O que é comum aos dois casos (sendo uma característica geral da política pequeno-burguesa, tanto esquerdista quanto oportunista) é o fato de não se apoiarem na força organizada e consciente das massas, de não basearem sua atuação na avaliação realista da correlação de forças entre as classes sociais, mas de se fundamentarem justamente na inexistência de uma influente organização de massas. Nos dois casos, a vontade e a ação dos pequenos grupos se substitui à força efetiva das classes revolucionárias.

O exemplo da revolução alemã de 1848-1849 também é esclarecedor. Fazendo um balanço da situação deste movimento em sua Comunicação do Comitê Central à Liga dos Comunistas (Obras Escolhidas, Ed. do progresso, Moscou, 1970, p.183) Marx declara que "enquanto que o partido democrático, partido da pequena-burguesia (grifos nossos) se organizava cada vez mais na Alemanha, o partido operário perdia seu único apoio sólido... e assim no movimento geral, ele caiu completamente sob a dominação e a direção dos democratas pequeno-burgueses". Isso significa que a pequena-burguesia tinha na época condições de se por adiante do proletariado (ou seja, tinha

uma ideologia própria, distinta da ideologia proletária) na luta pela república. Donde vinha essa possibilidade? Essencialmente da ausência de organização independente da classe operária, numa situação onde se produzia a mobilização não-organizada das massas proletárias.

Estes exemplos nos lembram, antes de mais nada, essa verdade elementar de que são várias as classes e frações de classe cujos projetos de ação e formas de pensamento se afrontam na luta revolucionária e "a fortiori", na luta contra a ditadura. A "Contribuição à ACN" nos diz que há na sociedade capitalista duas ideologias em luta, embora reconheça a existência da pequena-burguesia. Reconhece portanto uma classe mas não a ideologia própria a esta classe. Mas na realidade, o que falta à pequena-burguesia na época do capitalismo é uma perspectiva histórica intermediária à burguesia e ao proletariado. Só que neste nível, "a sociedade se divide cada vez mais em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: burguesia e proletariado" (Manifesto Comunista, ib., p.112), isto é, não se leva em consideração não somente a pequena-burguesia, mas tampouco os camponeses e os proprietários da terra. Em outros termos, dizer que a sociedade está restrita à luta entre duas ideologias é dizer que está restrita à luta entre suas duas classes fundamentais, o que é uma abstração científica, isto é, a expressão de uma tendência geral do processo histórico. O que não se pode fazer, no entanto, é colocar esta abstração no lugar da análise histórica concreta de nossa experiência de luta armada. Na medida em que o fazem, os autores da "Contribuição à ACN" concebem a luta de classes fora de seu contexto histórico, e portanto de maneira estritamente abstrata, como luta que travam exclusivamente as duas classes fundamentais. A análise política dos companheiros da ALN não parte do exame da situação e correlação de forças entre as classes, da capacidade de cada corrente política em mobilizar setores populares, mas de critérios ideológicos genéricos, dos quais o mínimo que se pode dizer é que não explicam em nada a experiência concreta sobre a qual discutimos. É este uso abstrato das teses mais gerais do materialismo histórico (onde o movimento efetivo da sociedade desaparece para dar lugar à descrição de sua estrutura imóvel) que permite aos autores da "Contribuição à ACN" ocultar a questão da base de classe do processo de ações armadas urbanas no Brasil. Só havendo na sociedade a ideologia burguesa e a ideologia proletária, quem não seguia uma, seguia a outra...

O simples fato "de ser originário da burguesia (grande ou pequena, não importa)" não implica "que um revolucionário mantenha a ideologia de sua classe, por um lado, e, por outro, o simples fato de ser operário de origem não significa que um quadro tenha a ideologia proletária" ("Contribuição à ACN", DEBATE-12, p.36). Esta afirmação parece justa, mas não deve nos fazer esquecer de que "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (Ideologia alemã, Ed. sociales, 1972, p.73). Confundindo origem social e existência social os companheiros da ALN se esquivam da necessidade de analisar a base de classe do movimento de luta armada. Raciocinam mais ou menos assim: somos tão burgueses (ou pequeno-burgueses) quanto Lênin, Mao, Fidel, Guevara e outros. Temos a ideologia do proletariado e defendemos na prática seus interesses de classe. Pouco importa pois o fato de que hoje só haja pequenos-burgueses em nossas fileiras... Aquilo de que se esquecem os companheiros da ALN neste seu raciocínio é que, ao contrário do modo de existência dos líderes do movimento comunista internacional (que se mantinham organicamente ligados às massas -no caso de Guevara justamente sua morte na Bolívia foi causada pelo fato de não se ter ligado às massas), o modo de existência social dos grupos de ação armada urbana no Brasil esteve muito mais próximo do individualismo pequeno-burgues que da ação proletária de massas. Isto posto, é evidente que a origem de classe não apenas de um indivíduo, mas de todo um grupo político, pode ser superada revolucionariamente. Em 1896, a social-democracia russa era um movimento "quase exclusivamente estudantil" (Lênin, Primeiras lições, Obras, tomo 8), o que não a impediu

em transformar-se em partido da classe operária. Isto porque seu desenvolvimento foi sempre ligado ao do próprio movimento operário. Lênin, assim como outros dirigentes social-democratas, desde o começo de sua ação política ligou-se às "uniões operárias". Mais do que um "gênio e artista político", ele foi um dirigente operário, um dirigente do partido através do qual se organizava o proletariado. O que determinava sua consciência social não era sua origem de classe, mas sua existência social como dirigente do partido da classe operária. E para que o partido se afirmasse como tal, dirigiu sua prática no sentido de ligar efetivamente os militantes social-democratas às lutas de massa, e a formar dirigentes operários marxistas. Em suma, o processo de organização política da classe operária russa como classe independente deu-se mais ou menos concomitantemente, influenciando e sendo influenciado (sobretudo após janeiro 1905) pelo agrupamento da vanguarda proletária em torno de um programa marxista da revolução russa. Houve, por assim dizer, uma forte adequação do elemento consciente e do elemento espontâneo. Não queremos estabelecer com isso nenhuma espécie de paralelismo simplista, que desse a entender que a organização independente da classe operária determinasse por si só a formação de seu partido marxista, ou que a concepção marxista da revolução russa fosse impossível sem a organização independente da classe operária. O que nos parece fora de dúvida é que na Rússia o processo de formação do programa revolucionário foi mais ou menos concomitante ao da transformação das idéias socialistas em força material das massas. Mais ainda, o processo de formação da classe operária russa (que se acelera a partir de 1861, com a abolição da servidão) é acompanhado pela tomada de consciência e organização dos operários em torno da luta democrática. A forte difusão do marxismo na Rússia foi tanto um agente quanto um sintoma da adequação entre o grau de desenvolvimento do capitalismo e a determinação e coesão do partido do proletariado.

Conclui-se pois que a elaboração do programa marxista da revolução russa teve lugar numa fase caracterizada pelo acúmulo de forças no seio do povo, particularmente do proletariado e pelo acelerado enfraquecimento da autocracia. Essa situação objetiva é importante: nem tudo que houve na Rússia se explica pelo "gênio político-artístico" de Lênin... O que se deve aos bolcheviques (e aí sim reside o elemento consciente, a concepção avançada da análise que faziam da sociedade russa, do caráter da revolução e das principais forças que por ela se batiam), o ponto central de seu litígio com os mencheviques, foi a luta que travaram por fazer com que a classe operária assumisse a vanguarda da luta democrática, de maneira a que as palavras de ordem que avançavam como as mais justas, fossem defendidas especialmente pela classe operária, força mais coesa e determinada na revolução democrática. Donde a necessidade para o partido proletário de se diferenciar dos outros que lutavam pela democracia pelo "tríplice critério do programa, da tática (isto é, pela agitação e propaganda) e da organização, desempenhando um papel dirigente na criação da república democrática" (Lênin, A social-democracia revolucionária e o governo revolucionário provisório, Obras, tomo 8, p.281). Mesmo que a tática e o programa do POSDR tenham sido elaborados por militantes de origem pequeno-burguesa, podemos dizer que de um lado ele foi determinado pelo avanço das lutas proletárias e de outro pela assimilação original do marxismo feita pelos bolcheviques.

É mais fácil comentar a história já escrita que refletir sobre a história presente. Sobre esta, os autores da "Contribuição à ACN" mantiveram-se num incôfortável silêncio. Mas tampouco mostraram-se mais a vontade na análise das lutas passadas. Porque surgiu o partido leninista? Porque, respondem os companheiros da ALN, "...se necessitava de um instrumento dado para levar a cabo determinada tarefa, em uma conjuntura devidamente conhecida e analisada" (Contribuição à ACN, em DEBATE-12, p.38). É realmente profundo e original esta definição do partido leninista: segundo a ALN, o leninismo é o fato de que para atingir determinado fim, usa-se

um meio adequado. Como esse meio varia segundo o fim e as circunstâncias, não se deve "criar um modelo eterno e válido para todas as épocas, situações e países" (ibidem, p.38). Ocorre porém que os mesmos companheiros, fundamentando-se na sagrada autoridade de Stalin, definem, dois parágrafos abaixo, as "cinco características distintivas do partido Leninista", que nada mais são do que este modelo eterno, estanque e anti-histórico que se pretendia rejeitar. Porque mesmo justas, estas cinco características são formais e unilaterais na medida em que não colocam a questão da determinação histórica do partido do proletariado, da necessidade social de sua existência, de sua força motriz real. Qualquer reflexão sobre o partido leninista e proletária que não parta daí é ineficaz e perigosa no plano da tática, dogmática e obscurantista no plano da teoria. Assim como toda alusão a líderes políticos que considera somente suas declarações e atitudes esquecendo a situação histórica em que se produziram, peca por idealismo. Não é atoa que a citação de Lênin que faz a "Contribuição à AGR" (Debate-12, p.39) é completamente desvinculada de seu contexto: compara-se a Rússia soviética, expulsando vitoriosamente os agressores imperialistas aliados à reação interna, com o atual Brasil ditatorial, onde os trabalhadores e sobretudo os revolucionários acabam de sofrer uma dura derrota. Por isso dizemos que o idealismo é a marca inconfundível do raciocínio destes companheiros. A mesma cegueira que os leva, no plano teórico, a reduzir as idéias da sociedade brasileira atual às idéias de duas classes, impedindo-os de perceber que, se é bem verdade que o revolucionário se define sobretudo por sua prática, esta é vazia e inconsistente sem uma justa compreensão de sua base de classe e de seu fundamento histórico, leva-os, no terreno da tática, a esquecer as questões decisivas que se colocam hoje ao nosso movimento revolucionário: como reorganizar nossas forças, como unir o povo em torno de um programa de luta, como ligar desde logo os militantes às lutas diretas de massa... Questões que procuramos colocar e discutir em nosso Projeto de plataforma, publicado em DEBATE-12. Dando à vontade e às idéias imensa autonomia, os companheiros da AIN são incapazes de ver por trás delas o movimento real da sociedade, e portanto de elaborar uma tática que parta da situação atual da luta de classes. Aqueles que acusam os militantes que se engajam consequentemente no caminho da autocritica e da elaboração do programa marxista da revolução brasileira, de passividade, são justamente os mesmos capazes de propor uma orientação adequada ao momento que vivemos, repetindo princípios que, além de genéricos, mostraram-se desastrosamente artificiais e irrealistas. De que serve hoje afirmar que a luta fundamental é no campo, que o exército revolucionário pode bater o exército burgues, etc., quando nem sequer estamos em contacto regular com os setores avançados da classe operária? Se os mencheviques se caracterizavam por "olhar para trás", o fato de que nossos militaristas só olhem euforicamente para a frente tampouco constitui uma garantia de sucesso. O culto do futuro em nada é superior hoje em dia, ao culto do passado. Ambos exprimem a ignorância do presente, do fato de que é a união do povo sob a direção do proletariado que pode, através da derruba da ditadura, instaurar em nosso país a democracia revolucionária abrindo a via ao socialismo. É nesta direção que devem investir suas forças todos os revolucionários e especialmente os comunistas.

DISCUTA CONOSCO NOSSO PROJETO DE PLATAFORMA

ENVIE-NOS SUAS CRITICAS

PARTICIPE DA LUTA IDEOLOGICA EM VISTA DA REUNIFICAÇÃO DOS
MARKISTAS-LENINISTAS DO BRASIL NUM UNICO PARTIDO COMUNISTA

DEBATE, PELA LIBERDADE!

DEBATE, PELO SOCIALISMO!

LER, DISCUTIR, COOPERAR COM DEBATE E TEORIA Y PRACTICA É PARTICIPAR ATIVAMENTE DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DE NOSSO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO, DE RECOMPOSIÇÃO DE NOSSAS FORÇAS E DE RETOMADA, SOB BASES MAIS CONSEQUENTES, DO PROCESSO DE LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR A SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS!

UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRO PASSO PARA A CONS-
TRUÇÃO DA VANGUARDA

(TEXTO redigido por militantes oriundos da
ALA VERMELHA e da VPR)

continuação

CAPITULO VII

Herdeiro dos períodos anteriores, o período das ações armadas vive a perspectiva de valorização do campo como palco principal da luta e da determinação da guerrilha rural como caminho principal (nas inúmeras variantes do foco debraysta). Tentando superar o esgotamento do debate por uma prática imediata, formam-se novas organizações, e transformam-se outras. Há aquelas que nascem como organizações inteiramente novas, especialmente criadas para a prática do evento armado, como a ALN, VPR, MR-8 e outros MRs. Há, as que originadas no debate estratégico, transformam-se parcialmente, adequando-se em maior ou menor grau às necessidades das ações armadas: Ala Vermelha, PCBR, COLINA, setores esparsos do POC, dissidência do PCB. Por fim, há aquelas que representam um desdobramento posterior do processo: fusão de tendências anteriores, tentativas de readequação para responder às novas situações surgidas, como é o caso da VAR-Palmares. Paralelamente surgem outros pequenos sub-grupos: MRT, REDE, M3G, e inúmeras outras siglas do gênero. Paradoxalmente, o deslocamento para o campo e a perspectiva da guerrilha rural, dão origem a um ciclo de ações urbanas criando toda uma série de novas necessidades e gerando novas teorizações. A prática que caracterizou os últimos anos tem, portanto, uma origem empírica na medida em que não se baseou numa fundamentação teórica anterior. A montagem do foco guerrilheiro demandava recursos: dinheiro e armas. Por outro lado, em face da derrota de Guevara na Bolívia, as organizações pretendiam, afastando-se do modelo debraysta, construir uma infraestrutura própria, fora do foco, capaz de sustentar logística e politicamente a guerrilha, evitando assim, apoiar-se em setores vacilantes, capazes de trair, como o fizeram os revisionistas bolivianos. Buscavam-se os recursos para atender essas necessidades: surgiram as expropriações de dinheiro e armas. A realização dessas ações urbanas criou novas necessidades, novos problemas. As organizações precisaram se estruturar de forma a atender tais necessidades, alguns quadros especializaram-se nas ações urbanas. Da improvisação inicial criaram-se novas técnicas; as exigências de aparelhagem urbana cresceram e, num círculo vicioso cresceram as necessidades de dinheiro e armas para dar atendimento à essa aparelhagem e aos quadros profissionalizados no trabalho urbano. As ações, que de início tinham apenas o sentido de fornecer recursos, começaram a assumir um conteúdo político, dada sua repercussão e impacto.

Os quadros que se dedicaram ao trabalho militar, invariavelmente se desligaram do trabalho político de relacionamento com as massas. Isso era justificado com a argumentação de que seu trabalho se tornaria político e vinculado com a massa com a eclosão do foco. A ação armada da guerrilha rural forneceria o elo de ligação com a massa, tal como preconizava Debray. Dessa forma o "temporário" isolamento dos quadros de trabalho urbano seria "compensado". Por outro lado já que os problemas que se colocavam eram problemas técnicos e não políticos (pois a política já estava traçada, era simples e não exigia elaboração constante), inexistia qualquer vida política interna. O isolamento das massas, a falta de vida política ao combinarem-se com a repercussão que as ações obtinham, criaram uma visão deformada nesses quadros. Pouco a pouco surge a idéia de que o evento armado "fala por si mesmo", e revela, pelo simples fato de ser feito, um caráter político. Essa tendência militarista cristaliza-se em ações: começam a surgir os traços de uma perspectiva terrorista, isto é, a perspectiva de tomar a ação violenta por si mesma, de validar o embate direto da "vanguarda" com o inimigo diante e distante da massa. Atentados a bomba e as próprias ações de requisição, cada vez mais assumem tal caráter.

Alguns quadros tentam, é verdade, uma compreensão mais correta do evento armado, isto é, a de dar-lhe um conteúdo de propaganda política rela

cionado a um trabalho de massa existente. Esta visão seria a de compreender o evento armado como um, dentro de vários fatores de uma tática essencialmente política, nunca validando-o por si mesmo, mas sim por sua relação com o todo: um planejamento global de propaganda e organização. Algumas ações chegaram a ser feitas nesse sentido, no entanto, por falta de maior continuidade, permaneceram isoladas em meio ao conjunto da atividade urbana, sem conseguir imprimir-lhe um caráter político.

Como consequência direta dessa prática não prevista, surgiram diversas tentativas para sua sistematização teórica. As diversas organizações, tentando justificar sua prática, ou simplesmente generalizar sua experiência, passaram a definir uma tática de guerrilha urbana. Desde logo manifestaram-se as diversas tendências que, de um modo geral, refletiam duas concepções básicas: a concepção de que as ações armadas "falam por si mesmas" e a concepção de que o evento armado é um instrumento de propaganda que deve ser utilizado para propiciar o desenvolvimento do trabalho de massa e em função dele. Essas diferentes concepções, manifestando-se através de inúmeras variantes alimentaram novas lutas internas dentro das organizações, bem como novas cisões e reagrupamentos (por exemplo o racha da VAR).

Originadas das teses de Debray, as tendências que marcaram esse período mais recente da revolução brasileira afastam-se do esquema debraysta rígido, embora conservem aspectos essenciais daquele pensamento. Quando Debray define o foco como centro aglutinador, ele está claramente substituindo a forma e o conteúdo da organização leninista por uma forma de luta, sem levar em conta o problema de conteúdo. Nas organizações que, no Brasil, aceitam Debray, o que de fato vai prevalecer de sua concepção é a negação da concepção leninista de partido. Embora o foco (ou suas variantes, como a coluna) continue sempre como um objetivo, há uma transferência na prática, "do centro aglutinador" debraysta (o foco) para a estrutura orgânica das organizações militares. No entanto, a composição dessas organizações vai revelar um conteúdo ideológico que o mesmo preconizado por Debray: "o dos revolucionários em geral", cujo dever é fazer a revolução". O abandono da concepção leninista por uma doutrina do ativismo militar é o aspecto que toma o debrayismo no Brasil. Inelutavelmente o que se lhe opôs não foi a concepção leninista, mas sim a concepção dogmática de partido (e suas variantes) herdadas das cinco décadas de deformação do PCB. O ativismo militar aparentou constituir uma resposta em face de seu relativo êxito em 68 e no primeiro semestre de 69. O longo processo de rompimento e debate que teve justamente como eixo a questão da luta armada parecia estar chegando ao fim, conseguindo seus objetivos. No entanto é justamente aí, ao conseguir seus objetivos, que o debate demonstra ter seguido um eixo parcialmente errado, a prática do ativismo militar trouxe a revolução brasileira ao seu mais profundo refluxo desde 64, resultando nos mais decisivos golpes recebidos pela esquerda.

As causas do refluxo, do sucesso obtido pela ação repressiva estão justamente nas características que o ativismo militar urbano adquiriu. A primeira e mais importante causa: o isolamento das massas. De início o isolamento temporário. Depois o isolamento transformado em linha, quando se conceituou a ação armada (que fala por si mesma) como uma "ponte militar" entre a "vanguarda" e as massas. É evidente que o abandono do trabalho político junto às massas resultasse no que vemos, organizações que, cada vez mais, se apresentam como seitas, sociedades secretas, ou coisa que valha. Mesmo as organizações que não chegam a partilhar inteiramente dessas concepções isolacionistas são incapazes, face às suas limitações, de cumprir a velha palavra de ordem de "ligar-se às massas". É claro, a ditadura empregando em larga escala a repressão preventiva e violenta fechou os canais tradicionalmente usados pelas organizações para chegar à massa, cortou as formas legais ou aberturas de trabalho (sindicatos, associações, etc.). As organizações inspiradas no debrayismo pensaram ter encontrado uma saída na "ponte militar". As outras, tropeçando nas próprias pernas, não encontraram saída nenhuma. Uma e outras incorrendo no mesmo erro básico: o da existência de organizações (que se pretendem de vanguarda) desprovidas de canais

corretos de comunicação com a massa, ou pior do que isso, desprovidas de raízes políticas no seio da massa. Em tal situação a própria palavra de ordem de "ligar-se às massas" é um sintoma evidente de falência. A "ligação" com a massa é uma decorrência natural de uma política correta. O isolamento evidencia uma linha falsa, é, pois, totalmente anti-científico buscar, sem uma prévia e total reformulação de linha, meios de superar o isolamento. Necessariamente cairão no vazio, porque só a determinação de uma prática justa para o processo poderá resolver o problema. Não existe separação possível entre linha política correta e ligação com as massas. Não existe uma "linha de massas" separada de uma estratégia e uma tática correta. Se essas forem errôneas, aquela não poderá existir. A linha de massas é a própria tática em ação no seio das massas. É portanto um falso problema a chamada "superação do isolamento entre vanguarda e massa". Se existe o isolamento é porque não existe uma vanguarda portadora de idéias corretas. E a "superação" do isolamento só pode se dar pela criação dessa vanguarda, já ligada às massas e com profundas raízes em seu meio, desde o momento em que surge. Recapitemos: se os quadros de vanguarda vem de fora da classe, eles só podem criar ideologia em contato com a experiência social e revolucionária da classe operária. A organização da vanguarda (o partido) surge dessa elaboração e, portanto, da ligação dos quadros de vanguarda com a massa, anterior a sua organização em partido. A ligação com a massa, assim como a elaboração do conteúdo ideológico da vanguarda precedem a sua organização. O partido não se cria para começar um trabalho junto à massa. Ele se cria sobre um trabalho pré-existente. A existência de organizações ditas de "vanguarda" isoladas da massa constituem uma aberração no processo. E a criação de saídas pré-fabricadas como a "ponte militar" só fazem agravar e aumentar o isolamento. Isoladas das massas, as organizações só podem valer-se de seus próprios recursos técnicos de clandestinidade. Tais recursos eram incipientes, pois a falta de experiência anterior, o hábito do trabalho aberto e o ecletismo ideológico dos quadros não capacitavam as organizações a enfrentar o crescente aperfeiçoamento de uma polícia política com carta branca para o emprego do terror, da tortura e violação das liberdades elementares. Sem a massa para camuflá-la, as organizações oferecem um flanco aberto para a repressão. E enquanto o inimigo se valia da experiência mundial da contra-revolução, importando técnicas repressivas, ainda estávamos na idade da pedra em métodos de clandestinidade. O pouco que tínhamos nesse sentido garantiu a sobrevivência das organizações durante 68 e boa parte de 69. Mas o aperfeiçoamento do inimigo, com a criação de núcleos centralizadores do aparelho repressivo (como OB e CODI) superaram nossas técnicas rudimentares.

A escalada da repressão inicia-se em meados de 69 e atinge o seu auge em fins do mesmo e nos primeiros meses de 70. O inimigo aprende com os erros da esquerda revolucionária. Embora já viesse se preparando para enfrentar a guerrilha rural, para ele o surto das ações urbanas também é uma surpresa. Assistimos à readequação e centralização do aparelho repressivo com a criação de organismos especializados (OB e CODI). Ainda que tomada de surpresa, a contrarrevolução encontra-se num terreno que lhe é familiar, o das atividades militares. Mobilizando homens e recursos, empregando a violência indiscriminada, erigindo a tortura em método de trabalho, ela marca seus pontos. A onda de violências cai sobre organizações mais ou menos improvisadas, atinge quadros sem formação ideológica. É lógico que a ditadura tem um preço a pagar: a opinião pública internacional volta-se contra ela e sua máscara "democrática" de há muito está rasgada. Consegue vitórias militares como o desmantelamento de organizações, mas a custo de um maior desgaste político. Esse desgaste político seria um golpe radical contra ela, se houvesse quem o explorasse. No entanto, as organizações, voltadas para a atividade militar e distantes da massa, não dispõem dos instrumentos para o combate político. Muitas delas não chegam a compreender-lhe a importância. Na verdade, a divulgação de uma propaganda contra a violência repressiva é feita apenas por setores dispersos da intelectualidade e da classe média, sem condições de atingir sequer as massas urbanas. O drama se desenrola ainda uma vez, longe das massas, que só ouvem, sem compreender muito bem, a propaganda contra a ditadura. Dessa forma, o preço político que o inimigo tem a pagar por sua escalada de violência, acaba sendo reduzido. É certo que fica submetido a pressões, externas e internas, mas não surge a única forma de pressão que seria realmente significativa: a pressão das massas.

O inimigo encontra primeiro a fraqueza dos métodos de clandestinidade militar da esquerda, localizando suas estruturas inseridas artificialmente no contexto social.

Em seguida explora a debilidade ideológica dos quadros: muitos são os que falam sob a tortura e alguns chegam a passar definitivamente para o lado inimigo, realizando a traição aberta do adesismo. Por fim o governo começa a descobrir a arma da propaganda política, tentando isolar de vez os revolucionários. Pouco a pouco, a propaganda reacionária se encaminha no sentido de explorar o isolamento.

Outros fatores favorecem ainda a ação contrarrevolucionária: a falta de critérios mínimos de ação consequente, levando algumas organizações a realizarem ações muito além de sua capacidade, para as quais não dispunha de aparelhagem, nem de quadros suficientes. A frouxidão orgânica (militantes que conhecem toda a organização, falta de organismos estanques); falta de formação político-ideológica dos quadros.

Golpeadas uma a uma, as organizações ainda tentam enfrentar a situação. Algumas recuam, fecham-se sobre si mesmas, esclerosando-se numa tentativa de simples sobrevivência orgânica. Abandonam, como que assustadas pela "tentação" militarista, a prática do trabalho armado. E se esgotam em infrutíferas tentativas de "ligar-se às massas" através de fórmulas criadas em gabinetes.

Outras, insistindo na afirmação de sua origem debraysta, trilham o caminho do desespero. Identificam as quedas com falhas "técnicas" e levam à teorização do evento armado a extremos ainda maiores. Chega-se a validar o terrorismo como forma de luta, a cair em orientações do tipo "quanto pior melhor", e tenta-se ainda, a guerrilha rural, a coluna isolada da massa. Cada vez se tornam mais claras as tendências. A repressão continuará golpeando as organizações, e o processo de desmantelamento se acumulará. Os grupos que aceitam e desenvolvem o ativismo militar tenderão a proliferar por um lado, enquanto por outro lado, aqueles que conseguiram teorizar de forma mais cabada esse ativismo e que o levaram à prática de forma mais consequente tenderão a polarizar todos os demais, isto é, comportarem-se como dirigentes dentro dessa tendência.

CAPÍTULO VIII

O desenvolvimento recente do movimento revolucionário tornou mais claras as tendências ideológicas que caracterizam o ativismo militar. Do ponto de vista político, já vimos, o traço principal do ativismo militar é a prática do embate direto com o inimigo. As organizações, ditas de vanguarda, encontram na ação armada sua forma mais alta de expressão política. Confunde-se aqui o conceito de luta armada com a necessidade que a vanguarda tem de, eventualmente, expressar-se através das armas. A luta armada é a expressão mais alta da luta de classes, e como tal, é exercida pelas massas no intuito de destruir, de demolir as bases de sustentação do poder inimigo. A vanguarda, tendo como tarefa principal educar politicamente o proletariado, emprega formas armadas de luta, tanto como uma forma de propaganda, quanto uma forma de auto-defesa. O embate direto, a validação da ação armada como tendo valor político em si mesma, representa a substituição da massa pela organização dita de vanguarda. No entanto, esse aspecto característico do ativismo militar é apenas o reflexo de desvios ideológicos mais profundos. Desvios que não nasceram com o ativismo militar e que apenas encontraram nesse uma forma diferente de se manifestar.

A principal característica do ativismo militar é a sua perspectiva não proletária. Embora falando em socialismo, e que temos na verdade, é apenas uma nova roupagem para velhas teses. Podemos verificar isso no documento "Agrupamento dos comunistas" (Corrente dissidente do PCB dirigida por Carlos Marighella), onde vamos encontrar um exemplo muito claro da conservação do velho no pretensamente novo. Nele se nega o partido e a forma de organização leninista. Bem dentro do modelo teórico de Debray, eles identificam o revisionismo e o emperramento do PCB a uma pretensa falência da concepção leninista. Não são capazes de compreender a essência do conceito de vanguarda de classe: para eles a perspectiva de construção do partido é burocrática e conduz inevitavelmente ao reformismo.

Por isso, é necessário substituí-lo por uma atividade essencialmente prática capaz de desencadear o processo de luta armada. Argumentam ainda que no seio da luta armada se forjarão os verdadeiros líderes, a verdadeira vanguarda do processo. A forma de luta (a guerrilha), substitui a organização política: a prática substitui a "teoria". O chamado revolucionário, resumido na forma de luta, perde, portanto, o conteúdo de classe. Não se trata de organizar aqueles que dispõem de uma consciência proletária (socialista) mas sim de aglutinar os "revolucionários em geral", isto é, todos os que se opõem à ditadura e que aceitam a forma de luta proposta. É claro o raciocínio: se é a existência da luta armada que vai criar a vanguarda, a tarefa imediata é eclodir a luta armada, usando para isso dos recursos que estejam à mão. Isto é, lançando mão dos revolucionários "em geral", qualquer que seja a sua consciência. Determinada a forma de luta, não sendo necessária uma ação sobre a consciência dos revolucionários, a atividade torna-se essencialmente prática, sem nenhum caráter político. Os problemas que se tem a resolver são problemas técnicos: aquisição de recursos, montagem de infraestrutura, preparação da área estratégica. A organização revolucionária existe apenas para cumprir essas tarefas.

A organização revolucionária despidida de um conteúdo de classe aceita os militantes cuja consciência e cujos interesses são os de sua classe de origem: politicamente a organização é a soma desses interesses, em torno de um programa mínimo. Esse programa reduz-se a vagas perspectivas de libertação nacional: derrubada da ditadura, expulsão do imperialismo, reforma agrária. E, é claro, a guerrilha rural como forma de luta superior e determinante de todas as outras. Na verdade isso configura uma frente única (libertação nacional) armada. Uma frente cuja composição e programa são os mesmos das frentes preconizadas, de há muito, pelo PCB. As únicas diferenças estão em que a frente única é armada e não se subordina a nenhum partido. O conteúdo dessa concepção vem de longe e foi trazido até nossos dias pelos ex-militantes do velho PCB. De lá eles trouxeram, enraizada, essa concepção democrática de frente única, seu encontro com o debraysmo foi um acasalamento perfeito, pois a velha frente única eclética e de conciliação de classes encontra no foco o seu prolongamento natural. Na verdade a defesa de um partido de classe atrapalhava a plena vigência de uma concepção de unidade cujo objetivo era, justamente, suavizar as contradições entre as classes, em prol dos interesses da nação. A tendência anti-partido desses ex-militantes do PCB não é uma negação de seu passado, é o pleno e coerente desenvolvimento de uma concepção que se constituía na característica principal de suas atividades políticas como os quadros do PCB. Tanto assim que eles nem precisarão transformar seus estilos e suas idéias políticas. Basta ver seus documentos recentes, como por exemplo, o "Manifesto ao Povo", encontraremos o mesmo jargão, as mesmas reivindicações, o mesmo tom dos velhos tempos. Eles substituem o partido pelo exército guerrilheiro, trocam a vanguarda da classe operária pela frente de todas as classes: mas, para isso, não precisam mudar muito. Basta desenvolver até as últimas consequências as concepções que o PCB de há muito esposava. É curioso observar, como do ponto de vista ideológico as teses de Debray e da OLAS não contradizem, no essencial, nenhum aspecto das concepções dos PCs revisionistas. Simplesmente substituem o partido (no caso, o partido reformista, isto é, uma simples forma de organização democrática) por uma forma de luta (a guerrilha). O reformismo não é combatido em seu conteúdo, apenas passa a empregar as armas.

No entanto, essa tendência de manutenção da perspectiva ideológica do reformismo sob o disfarce das armas não é apanágio exclusivo dos ex-militantes do PCB. Dela compartilham todas as organizações que levam à prática o ativismo militar. Embora muitas delas utilizem o jargão socialista, encaminham, na prática, uma vaga luta de libertação nacional. O movimento armado assume as características de uma "resistência" genérica à ditadura. Isso deriva da própria concepção de coluna e, conseqüentemente, das ações armadas em geral.

Quando se fala em "socialismo", esse conceito surge sempre como a visualização de uma forma ideal de sistema sócio-econômico, e não como uma projeção estrutural de uma visão de mundo proletária. Os revolucionários farão a revolução, não a classe operária. Esse esvaziamento de conteúdo do conceito de socialismo leva-nos a visualização de uma deformação que já tem precedentes históricos. Quando a revolução argelina se diz no caminho do "socialismo", vemos claramente (no caso, legítimo) de libertação nacional, anticolonialismo, projetando um socialismo no qual o proletariado não está no poder. Uma intelectualidade pequeno-burguesa reconhece que o proletariado (e o socialismo é a única força capaz, hoje em dia, de levar a bom termo uma revolução, ainda que de libertação nacional. E apela para ele, agita a bandeira do socialismo. Mas não se transforma ideologicamente, não assume o ponto de vista da classe operária. A revolução mascarada de socialismo se detém a meio caminho, e só se sustenta em função de um equilíbrio peculiar do mundo atual. Em todo caso, em países onde a luta é realmente anti-colonial, como na Argélia, a revolução chega ao poder. Mas em países como o nosso, onde a divisão de forças é bem outra, a hegemonia do proletariado precisa ser real, para que a revolução caminhe. Uma vanguarda ideologicamente proletária é a única alternativa dirigente possível: a revolução só se desenvolverá se for feita sob a direção da classe operária, e por ela. Nunca vencerá, se tentada por aqueles que apenas dizem falar em nome dela.

Já o PCB, desde anos atrás, iniciara o processo de descaracterização ideológica da revolução brasileira. A substituição da consciência socialista pela perspectiva democrática de colaboração de classes, constitui o aspecto essencial do afastamento da ideologia proletária. É óbvio que não se pretende aqui, negar a participação de diversas classes no processo, nem a existência de componentes democráticos em nossa revolução. O que afirmamos é a necessidade do partido de vanguarda do proletariado como portador da ideologia socialista e como garantia da hegemonia da classe operária no processo. O que registramos é a deformação ideológica que atinge todas as organizações dedicadas à prática da ação armada, quer aquelas que se denominam de "libertação nacional", quer as que se dizem "socialistas". Na medida em que vivem formas diferentes de um mesmo desvio, nada mais natural que, nos últimos tempos, elas se aproximem. Motivadas pela debilidade orgânica a que a repressão as lançou, as diversas organizações encontram um elo de união através das chamadas "alianças táticas".

A "aliança tática" tem, portanto, raízes profundas. Representa um movimento de aproximação de concepções afins, e tende a absorver num bloco único, todos os agrupamentos militares. É importante observar que a formação desse bloco único não representa a constituição de um organismo coeso. Pelo contrário, a continuidade da ação repressiva, as novas quedas e desmantelamentos, tendem a impedir a estruturação de grandes organizações, centralizadas num comando geral. A perspectiva é a de proliferação de pequenos grupos de ação, incluindo o desmembramento das grandes organizações em múltiplos agrupamentos menores. O bloco único formado por esses agrupamentos se expressa através da perspectiva comum dada pela caracterização de todos eles como uma "resistência nacional e democrática" e pelas formas de luta a dotadas. A materialização do bloco se dá por intermédio das alianças táticas, unindo organizações e agrupamentos em torno da ação concreta.

(segue)

O MOVIMENTO CARONÊS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

CAPITULO IV: (Publicado em Palmeira-Barra de Santo Antonio-Alagoas
CAUSAS DA CRISE a 5 de outubro de 1966)
NA AGRO-INDUSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO.

A nosso ver estas causas são tres: (A) Baixo poder aquisitivo das massas populares; (B) Inferioridade técnico na agro-indústria açucareira em Pernambuco; (C) Submissão à Bolsa de Valores dos EUA e à dominação econômica e política da indústria açucareira paulista.

(A) Baixo poder aquisitivo das massas populares : O Nordeste é considerado

por alguns economistas das classes dominantes e "estudiosos" do problema, como uma das áreas mais pobres do mundo.

Nisto há um pouco de exagero, mas há muito de verdade.

A política de rapina dos imperialistas norte-americanos e dos "testas de ferro" e "tubarões" que se situam no eixo Rio-São Paulo e parte de Minas Gerais, só vê o Nordeste como mercado para vender suas bugigangas e como fonte de matérias primas. Por outro lado, a política discricionária do atual governo, leva à falência o que resta de indústria nacional, abrindo mão ao domínio absoluto a todos monopólios norte-americanos, como está acontecendo com a COPERBO (Companhia Pernambucana de Borracha); determina a suspensão de empréstimo aos pequenos e médios agricultores, impõe o congelamento de salários e eleva os impostos de um modo exorbitante.

Esta política criminosa por parte do governo de 1^o de abril de 1964 está levando a um empobrecimento sem precedentes as massas populares. As classes apropriadoras (patronais), por sua vez, descarregam nas massas populares o peso da política do governo federal e da rapinagem dos monopólios norte-americanos. No entanto, metem a "língua no saco" e fazem "corpo mole" frente ao atual estado de coisas, voltando-se como cães danados contra as reivindicações dos trabalhadores. Em época nenhuma cumpriram a legislação trabalhista, sempre foram e continuam sendo devedores dos direitos dos trabalhadores.

Como não podia deixar de ser, a classe operária e as massas camponesas, maioria esmagadora de nossa população, são as principais vítimas do empobrecimento geral. A classe operária de Recife e do Nordeste é a mais pobre do país. É comum o operário recifense ou nordestino ir ao trabalho a pé e só fazer uma refeição por dia. Uma pequena parte do operariado das principais cidades tais como: Recife, Paulista, Jaboatão, Olinda e Cabo que formam o cinturão industrial, têm emprêgo fixo. Mesmo assim, raramente percebem salário mínimo regional. O restante, que forma o grosso das massas trabalhadoras, vive de "biscate", sem ter emprêgo nem salários fixos, fazendo qualquer trabalho por um prato de comida "gelada", caldo de cana e pão doce. Outros desenganados procuram os mangues para pegar crustáceos para sua alimentação e venda a fim de adquirir dinheiro para a farinha e sal. As grandes feiras de Recife como Casa Amarela, Afogados, Arruda, tendem a desaparecer, pois a mercadoria que chega no início da feira é a mesma que sai ao término, por falta de compradores. Isto para não falar das feiras do interior. Da famosa feira de Caruaru, hoje só existe o nome, as de Palmares e Catende, por sua vez, definham. Existem comerciantes nesta última cidade que tendo possuído três casas comerciais tiveram que vender duas delas para pagar duplicatas vencidas. Há feiras como a de Frexeira que acabaram inteiramente.

Quanto às massas camponesas estão numa situação nunca vista. A zona da mata de Pernambuco, que tem uma população aproximada de dois milhões de habitantes e cuja economia gira em torno do cana de açúcar, atravessa uma fase idêntica à de 1937: desemprego em massa. O agreste e o sertão engrossam as fileiras dos sem emprêgo enviando para a zona da mata verdadeiras levas humanas. A ditadura por um lado e o excesso de mão de obra por outro andam de mãos dadas, facilitando a exploração dos camponeses por parte dos usineiros. Dizemos ditadura porque a camarilha que tomou o poder a 1^o de abril de 1964 pôe a serviço dos usineiros o exército, a polícia, os padres como Melo e Crespo, e os "voluntários para a paz" a fim de aumentar e facilitar cada vez mais a exploração das massas camponesas. Além disso entre os que trabalham não é respeitado o salário mínimo regional, nem os acordos de trabalho, como já relatamos no capítulo primeiro.

Ora, como pode então a produção açucareira em Pernambuco que oscila entre 15 a 16 milhões de sacas, encontrar mercado consumidor numa população cujo poder aquisitivo é dos mais baixos do Ocidente?

O princípio básico que deve nortear a indústria de uma determinada região ou país é o seu mercado interno. Se não se tem este mercado consumidor, a indústria está condenada ao fracasso. Não se pode produzir sem um levantamento prévio das necessidades materiais da população. Em nosso caso ocorre o inverso, a produção toma por base possibilidades aquisiti-

vas que não existem. As necessidades em nosso caso subordinam-se às possibilidades. Em parte, um dos responsáveis pelo baixo poder aquisitivo das massas populares são os usineiros e fornecedores de cana que além de não se terem adaptado às novas condições históricas e desenvolvido tecnicamente a agro-indústria açucareira, negam-se a pagar os direitos mais elementares dos camponeses, que por sinal são a maioria da população do Estado e do Nordeste, abrindo desta maneira uma brecha ainda maior entre as necessidades e as possibilidades, entre o que produz e o que consome a população.

B) Inferioridade técnica na agro-indústria açucareira em Pernambuco

Estas inferioridades manifestam-se através de quatro fatores:

- 1)- Baixa rentabilidade por tonelada de cana moída. Apenas seis usinas em Pernambuco atingem o nível médio de produção das usinas de São Paulo, que é aproximadamente 100 kg. de açúcar por tonelada de cana moída.
- 2)- Baixa produção por unidade. Das 52 usinas existentes em Pernambuco, só umas poucas, que não atingem o número de dez, têm uma produção que ultrapassa os 5.0 mil sacos de 60kg. O restante oscila entre 100 e 500 mil. Há energia elétrica somente para iluminação, pelo que conservam ainda fornalhas e caldeiras semelhantes aos banguês, queimando lenha e bagaço de cana. Bagaço e calda que poderiam ser aproveitados na produção de papel e adubo. O primeiro serve de combustível para as caldeiras e o segundo é jogado nos rios.
- 3)- No campo um fator surge como pretexto: a topografia, o terreno acidentado, impossibilita a mecanização da lavoura e obriga a utilização de boi, burro, foice, estrovena, instrumentos do século XVI. Enquanto isto deixam as várzeas pelas serras alegando que nestas as terras estão descansadas. No entanto a grande verdade é que eles não querem comprar adubos, nem máquinas. Conservam a arcaica mentalidade dos seus antepassados e apoiam-se no princípio colonial de agricultura extensiva.
- 4)- A administração no campo em nada modificou. Traz tôdas as características dos antigos banguês e da escravidão, tanto na sua estrutura, a que já nos referimos no capítulo I deste trabalho, como no pessoal de lá encarregado, indivíduos incultos sem a menor capacidade de relações pessoais ou administrativas e de baixo nível técnico, só sabendo "manter a ordem".

Estes indivíduos são a verdadeira caracterização do sistema reinante na zona canavieira em Pernambuco. Adaptam-se perfeitamente a este sistema de mando, de imposição, de fustigação, de desrespeito pela pessoa humana. Baseiam toda política de aumento de produção, não no desenvolvimento da técnica e sim na exploração desenfreada, nos roubos sem limites aos trabalhadores.

O Ministério da Agricultura mantém em alguns municípios escolas agrícolas de nível médio correspondente ao ginásio. Apesar das deficiências desses cursos e de falta de candidatos, é sem dúvida um aprendizado que poderia interessar aos agricultores em geral e particularmente aos usineiros. Mas, o fracasso dessa iniciativa do Ministério da Agricultura está justamente em que os alunos formados vão limpar cana ou procurar outras ocupações nas cidades, porque os usineiros desprezam a técnica, não lhes dão emprêgo e os classificam de "inexperientes", "sem prática", "não sabem lidar com o homem do campo" etc. Estas opiniões mostram o quanto os usineiros subestimam a técnica, o ensino e os conhecimentos gerais. Ignoram que as "inexperiências" resultam da falta de oportunidade, pois os usineiros preferem os administradores que só sabem coagir e desrespeitar a pessoa humana. Enfim, os usineiros em Pernambuco são em grande parte responsáveis pelo fracasso das escolas agrícolas e das suas próprias usinas, por serem contra a técnica e o progresso social.

C) - Submissão à Bolsa de Valores dos Estados Unidos da América do Norte e à dominação econômica e política da indústria açucareira paulista.

A economia açucareira nacional está subordinada de um modo geral à Bolsa de Valores estadunidense. A dependência e a submissão da indústria açucareira brasileira aos magnatas norte-americanos é feita pelo controle dos preços de nosso açúcar por parte dos próprios magnatas imperialistas, desempenhando o I.A.A. (Instituto do Açúcar e do Alcool) um papel de intermediários entre as cooperativas de usineiros dos vários estados e a Bolsa de Valores dos Estados Unidos da América do Norte. Por outro lado, a quantidade de açúcar a se produzir em nosso país é determinada pelos corretores da referida Bolsa.

Esse controle de preço, quantidade e qualidade do açúcar é exercido de maneira assídua pelos imperialistas, chegando a ponto de a produção das safras vindouras ser determinada nos anos anteriores, através de um boletim semestral fornecido pelos próprios magnatas de Wall Street. Estas cotas pré-estabelecidas pelos ianques são determinadas segundo a carentia do mercado interno e externo norte-americano. As necessidades de divisas que o governo de 1º de abril tanto propaga estão subordinadas não aos interesses nacionais e sim às "boas intenções" dos imperialistas.

O governo títere do Brasil, cada vez mais submisso e devedor aos seus patrões ianques, não tem o menor interesse em ampliar relações comerciais com outras nações do mundo. Sacrifica todo o povo trabalhador, sem pagar seus salários, desrespeita os direitos trabalhistas. Além disso com uma inflação nunca vista na história da Pátria tenta encobrir o deficit sempre crescente do orçamento e as dívidas com os magnatas norte-americanos.

No entanto não é correto dizer que a dominação dos imperialistas norte-americanos sobre a produção nacional açucareira é exercida de maneira homogênea em toda produção nacional. Existe uma grande diferença entre a política dos imperialistas em relação ao sul do país (particularmente São Paulo) e a política adotada para o Nordeste (particularmente Pernambuco). Essa diferença está em que a maioria das usinas do Sul do país estão nas mãos, em poder das firmas americanas e São Paulo por esta razão transformou-se no maior produtor de açúcar do país. Assim sendo, influencia no governo federal, no Parlamento, no I.A.A. e nas cooperativas dos usineiros, dos vários estados, a fim de adquirir privilégios para aquele Estado (São Paulo) os que mais lhes interessam, aqueles que proporcionam maior rentabilidade e lhes dá condições de domínio sobre outras regiões (Nordeste) produtoras de açúcar.

Por estarem os imperialistas à frente da produção açucareira de São Paulo e os magnatas de um modo geral olharem o Nordeste apenas como centro produtor de matérias primas, é que todos os "privilégios" fornecidos pela Bolsa de Valores sempre recaem sobre São Paulo e nunca sobre o Nordeste é muito menos sobre Pernambuco. Quando os magnatas da Bolsa de Valores cortam a cota de determinado país e esta é dada ao Brasil, sempre recai o privilégio em São Paulo. Foi o que aconteceu após o rompimento entre os Estados Unidos da América do Norte e Cuba. Parte da cota que foi cortada daquele país irmão foi dada ao Brasil. O que se presumia era que a referida cota fosse dividida entre os vários estados produtores de açúcar mas o que aconteceu foi o contrário, São Paulo foi o único beneficiado com o corte da cota de Cuba. Aquele estado elevou sua produção de 24 milhões à 34 e 38 milhões anuais, quando Pernambuco, no mesmo ano fechou duas usinas: Santa Inês, Periperi - por restrições impostas pelo I.A.A. Os canaviais das usinas Santa Inês, Frei Caneca, Periperi e Muribeca ficaram em média, por unidade, com 30% sem moer, isto porque, as referidas usinas já tinham "coberto" suas cotas. Esta foi em parte a causa do fechamento das usinas acima referidas. A usina Muribeca que conseguiu sobreviver às restrições daquele ano fechou ultimamente e o dono da usina Ilha Pedrosa preferiu dar um tiro na cabeça em vez de dá-lo no dirigente máximo do golpe de 1º de abril de 1964. Pernambuco, de 16 milhões de sacas que produzia, desceu para 12 e a presidência do IAA que sempre lhe pertenceu,

passou a ser do São Paulo. Só faltava legalizar a concorrência de venda de açúcar de São Paulo no Nordeste, para levar ao caos total a obsoleta indústria açucareira do Pernambuco e do Nordeste.

CAPITULO V : CONTRADIÇÕES NA ZONA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO

- 1)- Contradição entre camponeses e usineiros.
- 2)- Contradição entre camponeses de um lado e lavradores e fornecedores de cana de outro.
- 3)- Contradição entre lavradores e fornecedores de cana de um lado e usineiros de outro.
- 4)- Contradição entre camponeses e as intervenções nos sindicatos por parte do governo de 1- de abril de 1964.

As contradições acima mencionadas estão colocadas pela sua ordem de importância política e procuraremos desenvolvê-las, aprofundá-las e conduzi-las a sua instância superior, A LUTA ARMADA, obedecendo a mesma ordem, isto porque, a primeira contradição é a fundamental. As demais contradições dependem dela e na medida que for sendo solucionada a primeira, as outras irão desintegrando-se. Não queremos dizer com isso que as três últimas contradições não devem receber nossa intervenção durante todo o período de luta dos camponeses contra os opressores. Concluimos que elas se somam entre si e existem uma em decorrência da outra.

Os comunistas revolucionários tem como básico a mobilização das massas camponesas da zona canavieira contra a minoria reacionária de usineiros.

A exploração dos usineiros e o sofrimento por parte dos camponeses vêm de muito longe, por isso pretendemos resolver esta contradição que consideramos fundamental através da LUTA ARMADA e conseqüentemente o extermínio dos latifundiários como classe.

Não concebemos que uma massa de aproximadamente 300mil camponeses no inverno e de 500 mil na moagem, que constituem uma população de mais ou menos 2 e meio milhões em toda zona canavieira, viva em extrema miséria, como verdadeiros párias, sem direitos, sem liberdade. Em contraposição uma minoria de usineiros que não chegam ao número de 50, sejam senhores absolutos dos campos e dos próprios camponeses; detenham o poder em suas mãos e tenham um padrão de vida sem precedentes, de verdadeiros barões.

Esta contradição que cada vez mais se aprofunda com o desrespeito do E.T.R. (Estatuto do Trabalhador Rural) e dos acordos por eles assinados, as tabelas, como também o desrespeito à pessoa humana dos próprios camponeses e familiares, tende a chegar ao seu fim, devido ao estado de aguçamento em que se encontra e à atuação eficaz e objetiva dos comunistas revolucionários de aprofundar esta contradição até o seu desenlace com a TOMADA DO PODER POLÍTICO ATRAVÉS DA LUTA ARMADA.

Achamos que as demais formas de luta são necessárias e que cometemos um erro se não as utilizássemos partindo das mais elementares, de caráter econômico, respeito às tabelas, até as de caráter político mais elevadas, greves políticas. Mas a única forma de luta que pode arrebentar os alicerces que ainda sustentam esta casta podre de latifundiários que há quase 500 anos infelicitava toda uma classe, é a luta armada. Para isto é necessário primeiro mobilizar as massas camponesas em torno de suas reivindicações específicas de classe e conduzi-las em sua luta contra a ditadura e a dominação imperialista.

A contradição entre os camponeses e lavradores e fornecedores de cana, tem o mesmo caráter da primeira, é a luta dos camponeses contra uma pequena parte de lavradores e fornecedores de cana em fase de desaparecimento e que são tão indesejáveis e tão reacionários quanto os usineiros. Também não cumprem os acordos salariais e de trabalho, as tabelas e muito menos o E.T.R.

Em muitos casos são mais devedores dos camponeses que os próprios usineiros. Consideramos no entanto que esta contradição não tem a mesma importância da primeira, mas é dela decorrente. Os lavradores e fornecedores de cana não tem a mesma expressão política e econômica dos usineiros. Os camponeses que para eles trabalham e as terras de seus domínios constituem em uma pequena parcela em relação às dos usineiros. Apesar de serem em muito maior número do que os usineiros, são uma camada decadente. Os lavradores e fornecedores de cana descarregam sobre os ombros dos camponeses todo o peso de sua decadência como camada superada que luta desesperadamente por sobreviver a qualquer custo, sem medir os sofrimentos dos camponeses; aliam-se aos usineiros quando se trata de não pagar os direitos das massas camponesas e mancomunam-se com o exército na repressão de senfreada ao movimento camponês que luta por seus direitos sindicais.

O que identifica esta contradição com a primeira é que os lavradores e fornecedores de cana utilizam o mesmo método de exploração dos usineiros sua forma administrativa é a mesma e só não são usineiros porque estes os absorvem, mas tornar-se usineiro é o seu grande sonho.

Isto não implica, por estarem os lavradores e fornecedores de cana em descenso e não terem expressão política semelhante aos usineiros, que os camponeses abdicuem de seus direitos. As massas camponesas não podem pensar na decadência de uma camada de exploradores contrafa aos seus interesses, que vive de suas misérias. O dever dos camponeses é lutar resolutamente por todos os seus direitos, sem ceder a um só deles, partir do princípio que lavradores e fornecedores de cana são latifundiários e por isso é preciso extingui-los.

A contradição entre lavradores e fornecedores de cana de um lado e usineiros de outro tem os seguintes motivos:

- 1)- Os lavradores e fornecedores de cana estão em fase de desaparecimento devido a investida e concentração cada vez maiores de engenhos em poder dos usineiros.
- 2)- A pressão econômica exercida pelos usineiros sobre os lavradores e fornecedores de cana. Estes são obrigados a moer suas canas nas usinas. Isto leva os usineiros a não pagarem o que devem e roubarem no peso da cana, roubarem na rentabilidade, no mel de furo e ainda roubarem no preço.

A contradição entre lavradores e fornecedores de cana de um lado e usineiros de outro, não tem no entanto o mesmo caráter das duas primeiras anteriores. Por conseguinte deve ser aproveitada pelas massas camponesas em determinado momento da luta contra o usineiro, não é uma contradição de primeira importância e poderá em determinado momento até desaparecer, levando-se em consideração que os lavradores e fornecedores de cana são latifundiários e somam-se aos usineiros na luta contra os camponeses. A diferença substancial entre as duas primeiras anteriores e a terceira é que as duas primeiras são contradições entre exploradores e explorados, entre latifundiários e camponeses e a terceira é entre exploradores, entre latifundiários. As duas contradições anteriores são antagônicas, irreconciliáveis, enquanto a terceira não é antagônica e é conciliável.

A contradição entre camponeses e as intervenções nos sindicatos por parte do atual governo é uma contradição essencialmente política, que contrapõe os camponeses à ditadura. Uma contradição que surgiu com o solapamento dos direitos dos camponeses escolherem livremente seus dirigentes; mesmo assim ela é decorrente da primeira a contradição que contrapõe os camponeses aos usineiros. O golpe de 1^o de abril de 1964 e a ditadura que se instaurou a partir desta data, nada mais é que os interesses dos usineiros sintetizados na repressão ao movimento camponês e extermínio de suas conquistas. Desta forma, a luta contra os usineiros está intrinsecamente ligada à luta pela conquista das liberdades sindicais, sobretudo contra as intervenções ministeriais. Além das intervenções arbitrárias nos sindicatos, transformaram as sedes dos mesmos em verdadeiros antros de policiais a serviço dos usineiros, policiais da D.O.P.S.

(Delegacia de Ordem Política e Social), do exército, da C.I.A., através dos "voluntários para a paz". Por isto a luta dos camponeses por seus sindicatos tem um duplo sentido:

- 1)- Lutar contra a ditadura pela conquista dos sindicatos e liberdades sindicais ;
- 2)- Lutar contra a ditadura pela expulsão dos agentes nos sindicatos: dos usineiros, do S.N.I. e da C.I.A.

Desta maneira é que as lutas das massas camponesas pela conquista dos sindicatos e liberdades sindicais, como também, a expulsão dos agentes, espias e policiais dos sindicatos, devem começar pelos engenhos através das massas camponesas. Isto quer dizer que não devemos subestimar o trabalho de cúpula mas nosso esforço primordial consiste em desenvolver o trabalho nos engenhos, utilizando as reivindicações mais sentidas dos camponeses e desenvolvê-las ao nível político mais elevado, TRANSFORMAR A LUTA ECONÔMICA EM LUTA POLITICA E A LUTA POLITICA EM LUTA ARMADA.

CAPITULO VI : OBJETIVOS IMEDIATOS E FINAIS DOS CAMPONESES DA ZONA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO

Quando as classes dominantes em nosso país deram os primeiros passos no sentido de reconhecer o direito de sindicalização dos trabalhadores na época de 1915 à 1930, utilizaram como arma perigosa para o movimento operário a pluralidade sindical e a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. A primeira manobra foi derrotada no nascedouro pelas massas trabalhadoras que se constituíram em categorias profissionais com reivindicações específicas, a segunda foi conseguida e o Ministério do Trabalho passou a exercer um controle sistemático sobre os sindicatos operários.

A prova cabal da periculosidade desta subordinação está justamente nas intervenções arbitrárias, no controle eleitoral e associativo que exerce o Ministério do Trabalho sobre todos os sindicatos, principalmente nos momentos de crise política como aconteceu nos dias que sucederam o 1.º de abril de 1964.

Vejamos pois, como procederam o Congresso Nacional e o Sr. Almino Alfonso, ministro do trabalho do Sr. João Goulart, na criação do Estatuto do Trabalhador Rural e na sua regulamentação para o campo:

1)- Com a criação dos Sindicatos Rurais, o Ministério do Trabalho utilizou a sua antiga arma divisionista; ao legalizar sua criação separou os camponeses dos operários das usinas, isto é, em vez de levá-los ao Sindicato dos Trabalhadores da Industria do Açúcar organizaram os camponeses à margem estabelecendo um paralelo entre os dois grandes setores da agro-indústria açucareira, facilitando desta forma a ação dos usineiros no solapamento dos direitos dos trabalhadores do campo, no corrompimento de suas diretorias e tirando também a coesão da classe na luta por suas reivindicações.

2)- Inexistência de um sindicato que controle tôdas as atividades da classe em seu conjunto, mas "organização" de 24 sindicatos em tôda zona canavieira com jurisdição por municípios e com diretorias que exprimem a orientação política do Ministério do Trabalho.

3)- A maioria das usinas em Pernambuco tem propriedades (engenhos) em vários municípios; isso conduz a que os camponeses de uma só usina estejam associados em cinco sindicatos diferentes quebrando desta maneira a unidade entre trabalhadores do campo, por usina.

Encontramos assim três tipos de divisão no movimento camponês da zona canavieira em Pernambuco provocada pelo Ministério do Trabalho:

- a)- Divisão entre camponeses e os operários por estarem em sindicatos diferentes;
- b)- Divisão entre os próprios camponeses por não pertencerem a um só órgão de classe;

c)- Divisão dos camponeses de uma só usina, por esta possuir engenhos em vários municípios e cada município ter um sindicato rural.

Após o golpe de 1º de abril de 1964, em fins do segundo semestre de 1966, o Supremo Tribunal Federal contrariando o governo do poltrão Castelo Branco decidiu que todos os trabalhadores da agro-indústria açucareira seriam enquadrados na Consolidação das Leis do Trabalho, associaram-se ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

A integração dos trabalhadores rurais com os trabalhadores das usinas de açúcar em um só órgão de classe, tornou-se uma necessidade histórica do movimento operário no Nordeste, não podendo haver unidade de ação dos trabalhadores da zona canavieira sem a união entre os dois grandes setores da agro-indústria açucareira. Assim a decisão do S.T.F. decretou um golpe nos interesses dos usineiros em conservarem divididos os camponeses dos operários.

Quais as vantagens que trouxe ao movimento camponês esta decisão da Suprema Corte ?

1a)- Passará a existir uma coesão política e administrativa entre os camponeses e os operários das usinas em sua luta contra os usineiros e o Ministério do Trabalho, através de sua delegacia no Recife.

2a)- Os usineiros serão obrigados a enfrentar uma classe unida, com direção única, com maior experiência, dificultando assim o campo de manobra patronal.

3a)- O campo de interesses e intervenção do Ministério do Trabalho ficará reduzido a um só sindicato e a uma só diretoria, limitando sua influência sobre o movimento camponês pois não existirá mais as vinte e quatro diretorias anteriores.

4a)- Facilitará ao sindicato suas ações na Justiça, na Delegacia Regional do Trabalho e frente aos usineiros por se constituir no maior órgão de classe da região.

5a)- Os trabalhadores da zona canavieira não mais serão regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, mas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso representa um avanço, pois a segunda é muito mais representativa do que o primeiro para os trabalhadores.

6a)- Passarão ao quadro de associados do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, conquistando assim o direito ao instituto, necessidade urgente para os que trabalham no campo, por estarem inteiramente divorciados de sociedades beneficentes e de assistência médica e à velhice. Como também serão obrigados os usineiros a pagarem 8% correspondente aos salários percebidos pelos camponeses forçando assim a diminuir percentagem de lucros por parte dos usineiros.

7a)-As diárias, condição básica para evitar a exploração dos camponeses por parte dos usineiros, que utilizam o trabalho por produção (na limpa do mato, no corte da cana e transporte) passarão a ser a forma de trabalho mais viável a fim de evitar a exploração progressiva através do roubo desenfreado que lhes proporciona o trabalho por produção.

Por estas vantagens acima mencionadas apresentamos ao movimento camponês da zona canavieira como tarefas IMEDIATAS as seguintes reivindicações.

1a)-Lutar pelo cumprimento, por parte deste governo, da decisão do Supremo Tribunal Federal que enquadrou todos os camponeses da agro-indústria açucareira na Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo-lhes a associação no Instituto Nacional de Previdência Social (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) e no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar.

2a)-Lutar pelas diárias como única forma de trabalho em substituição ao sistema de produção.

3a)-Lutar pela igualdade salarial entre camponeses e operários das usinas, percebendo o mínimo integral e todos os aumentos sobre este, conquistado pela classe operária açucareira.

As reivindicações do movimento camponês em Pernambuco dividem-se em duas etapas diferentes que se completam: a econômica e a política. Ambas desenvolvidas e aprofundadas podem dar curso à luta armada, fase culminante e decisiva das etapas anteriores.

A etapa econômica sintetiza todas as reivindicações salariais do movimento camponês da zona canavieira; isto nos obriga a ter um perfeito conhecimento de todas as reivindicações dos camponeses nesta zona, ou seja:

a)-Conhecer as reivindicações dos camponeses em toda zona canavieira de Pernambuco e norte de Alagoas.

b)-Conhecer as reivindicações dos camponeses em cada usina.

c)-Conhecer as reivindicações dos camponeses em cada engenho.

d)-Conhecer as reivindicações dos camponeses nas propriedades dos lavradores e fornecedores de cana.

Com isto queremos dizer que o nosso conhecimento não pode estar preso só ao programa exposto. Ele é a síntese das reivindicações gerais do movimento camponês da zona canavieira. É a viga mestra que serve de orientação geral, mas não desce às particularidades existentes na zona canavieira. O conhecimento dessas particularidades é indispensável para o bom andamento do processo revolucionário e é condição básica para o aperfeiçoamento de nossa política para o movimento camponês.

Na parte política apresenta-se como condição básica a conquista dos sindicatos em poder dos padres Melo e Crespo, agentes intervencionistas da ditadura de 1º de abril de 1964 e conseqüentemente do imperialismo norte-americano através do S.O.R.P.E. (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) Isto nos leva a esclarecer que a conquista dos sindicatos por parte dos camponeses é uma luta essencialmente política, antiditatorial e anti-imperialista e é a fase superior das reivindicações econômicas. A soma delas duas desenvolvidas mutuamente, leva-nos a desembocar na luta armada.

A luta armada é a fase superior que vai coroar as duas lutas reivindicatórias anteriores, econômica e política. Sem ela as quatro contradições da zona canavieira de Pernambuco, não poderiam ser resolvidas. A luta armada é condição básica na luta dos camponeses da zona canavieira contra lavradores, fornecedores de cana e usineiros, pela expulsão dos agentes, espias e policiais e contra as intervenções sindicais. A luta armada nos conduz a ter confiança no futuro da Revolução, ser coerente na defesa dos interesses das massas camponesas e partir sempre do princípio de que o aprofundamento e aguçamento das quatro contradições fundamentais estratificadas no programa é fator básico para levar a luta dos camponeses até o fim.

O objetivo político das massas camponesas é emancipar-se como classe independente da tutela econômica e política dos usineiros. Mas para se tornarem emancipadas, a condição básica é a liquidação dos usineiros como classe dominante. Isto porque os usineiros são verdadeiros parasitas que sugam a força de trabalho das massas camponesas, como o morçegão suga o sangue dos animais na calada da noite. Tem um padrão de vida de verdadeiros nababos. Por serem contra o progresso social, tornaram-se um impedimento no desenvolvimento da região e do país. Por não terem acompanhado o progresso histórico e econômico, suas usinas tornaram-se obsoletas. Por terem conservado a mesma mentalidade dos senhores de engenho e escravocratas, sua lavoura pouco se diferencia das do século passado. Por estas razões querem fazer regredir o tempo, voltar ao tempo da escravidão.

Em oposição, se quisermos o progresso social, se quisermos o desenvolvimento agrícola, se quisermos elevar tecnicamente a nossa indústria açucareira, se quisermos liberdade sindical e democrática, se quisermos o bem-estar de toda uma classe que sofre durante séculos, os camponeses, se quisermos acabar com o panorama negro que paira sobre a nossa população da zona canavieira em Pernambuco, temos que acabar com esta canalha de assassinos, ladrões e malféitores que tanto infelicita e empobrece o Nordeste e o Brasil.

Por isso a luta dos camponeses só se encerrará com o extermínio da classe dos usineiros.

luta dos camponeses, dirigida pelo proletariado e seu Partido, é, em um país como o nosso, uma parte considerável e decisiva da luta geral contra o sistema econômico e político reinante. Por isso os camponeses da zona canavieira de Pernambuco também fazem suas as diretrizes pragmáticas básicas que nosso Partido estabeleceu contra os latifundiários e usineiros, seus inimigos empedernidos. Tais diretrizes em resumo são :

- 1)- Confiscar as terras dos grandes latifundiários e as distribuir para os trabalhadores rurais sem terra e de pouca terra, onde o arrendamento seja a forma de exploração dominante.
- 2)- Confiscar as terras dos grandes latifundiários e formar cooperativas coletivas de produção, onde o assalariado predomina.
- 3)- Derrubar a ditadura instalada em nossa Pátria a 1º de abril de 1964, utilizando de tôdas as formas de luta e como forma principal a LUTA ARMADA.

O movimento camponês da zona canavieira em Pernambuco já é possuidor de uma certa experiência, tanto na luta armada combatendo os exércitos coloniais e imperiais, como nos movimentos de massa por seus direitos. Por isso já reúne condições de dar uma resposta definitiva a essa minoria reacionária de usineiros, lavradores e fornecedores de cana.

A orientação correta dos comunistas revolucionários dá sem dúvida a dosagem exata para decretar GUERRA à minoria reacionária que tanto infelicitiza nosso povo.

Com o golpe de 1º de abril de 1964, o movimento camponês foi pôsto temporariamente à margem dos acontecimentos da vida nacional. Houve um recuo, uma defensiva estratégica, porém temos certeza de que é temporário, passageiro, não durará muito.

Não tardará o dia em que as massas camponesas sairão do recuo em que se encontram. Sairão da defensiva estratégica, tomarão novo impulso e não serão mais detidas. Voltarão à ofensiva estratégica através de uma gloriosa luta contra seus inimigos e os colocarão no lugar que a história lhes reservou : O LIXO.

PALMEIRA
BARRA DE SANTO ANTONIO AL.
5/10/ 1966

A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS

B. MIGUEL

VI- O "motim" no Sindicato dos Metalúrgicos

Seis meses depois, a 25 de março de 1964, os marinheiros tentariam algo parecido com o movimento de Brasília, só que com uma grande diferença : a mobilização dos marinheiros se deu num clima de defensiva. No Sindicato dos Metalúrgicos os marinheiros pediam reformas no regulamento da Marinha e soltura dos companheiros presos. Caiam na provocação do Conselho do Almirantado, que na semana anterior determinara a prisão disciplinar dos diretores da AMFNB. O que levou a Associação a participar de um conflito desfavorável aos marinheiros.

A Marinha procurava estabelecer a calma na Armada, sob a direção da oficialidade reacionária. Também inculcava nos oficiais o espírito de resistência contra-revolucionária, sob o manto da "defesa da democracia e manutenção da disciplina". Os marinheiros da Guanabara, que a princípio acreditavam pressionar (através de assembléias) o poder dos almirantes, acabaram transformando estas assembléias numa "rebelião" que antes os sargentos de Brasília haviam tentado de forma mais consequente... O "motim" dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara foi então uma manifestação pacífica contra o poder burgues. (Ainda que houvesse já os partidários de uma "verdadeira rebelião" dentro da Armada). No sindicato da rua Ana Neri a Associação proclamava sua fé nos direitos democráticos, isto é, na conquista do direito de voto e do princípio da

Constituição de 1946 ("todos são iguais perante a lei"). Tentou-se neste sentido a frente de luta junto com os operários e outras camadas do povo. Mas como concretizar essa aliança numa forma que parecia tão aventureira aos olhos de muitos? Ninguém faz uma rebelião sem armas, mas a manifestação no Sindicato dos Metalúrgicos foi transformada pelo Almirantado e pelos próprios jornais da burguesia num matim, numa rebelião. Imediatamente Anselmo foi promovido a cabo pelos jornais (era marinheiro de 1ª classe), que exageraram sua capacidade, inventaram que havia entrado na Marinha por ordem do Partido Comunista com a missão específica de subverter a disciplina.

A marcha dos acontecimentos a partir do "motim" acelerou os preparativos da contra-revolução. Sob a bandeira esfarrapada da democracia todos os reacionários (Igreja, Estado, clubes de oficiais) passaram à contra-ofensiva. Ao lado dos marinheiros estavam os diferentes matizes da esquerda, as simpatias operárias, alguns elementos do governo e aqueles que viviam das crises políticas do sistema, procurando se equilibrar oportunisticamente para sobreviver. Aí estava também o CGT, a cúpula operária que não entendeu a gravidade do momento e nem pensava em estabelecer um plano político para atuar, naquelas circunstâncias. Faltavam apenas os pelegos sindicais e os líderes da democracia-classe média que sumiram aos primeiros sinais de luta (havia vários deputados no Sindicato dos Metalúrgicos, inclusive o representante de Brizola, que depois sumiu). Os pelegos surgiram somente na hora das fotografias com o presidente da república, que também não apareceu no sindicato, pois minimizou o que estava acontecendo e temia um envolvimento político que atrapalhasse seus planos de continuismo. As reformas de base, apoiadas pelos trabalhadores, davam a impressão de que um governo debil como o de Jango fosse forte. Ao passo que um movimento como o "motim dos marinheiros" eliminava de fato as possibilidades de triunfo das forças populares. Porque? Porque as formas de luta que propunham os marinheiros os isolaram completamente.

João Cândido, um dos convidados à reunião nos metalúrgicos, foi recebido como herói. Dizia: "meus companheiros, aqui não é lugar para se revoltar. A gente se revolta a bordo e toma os navios, do contrário não se ganha nada". Mas o motim foi controlado antes mesmo de virar uma verdadeira rebelião. Isolados no sindicato, os marinheiros iriam seguir daí por diante a reboque dos acontecimentos.

No princípio Jango vacilava em dar plenos poderes aos chefes militares para sufocar a ferro e fogo o "motim". Finalmente, dada a pressão dos sindicatos de um lado, e o apoio dos oficiais nacionalistas de outro, escolheu uma fórmula conciliatória: comprometeu-se na reunião que teve com os militares a punir os marinheiros, porém na prática o que fez foi mandar alguns oficiais de sua confiança demover os revoltosos de seus intentos. Esses oficiais propunham que os marinheiros se transferissem "presos" para uma unidade militar, afim de apaziguar os ânimos da oficialidade que exigia dureza com os revoltosos. Parece que com essa atitude o governo procurava ganhar tempo para promover depois uma reforma em seu ministério. Realmente essa fórmula acabou sendo aceita pelos marinheiros, que ao se verem cercados pelo Exército, sem armas, com poucas possibilidades de resistir a uma investida que tentasse desalojá-los do sindicato, aceitaram a fórmula de saírem "presos" para uma unidade do Exército. Uma hora antes do início da reunião dos marinheiros chegara ao sindicato dos metalúrgicos um emissário de Silvio Mota que pedia que os marinheiros oradores não atacassem o ministro da Marinha. Este estava tentando ganhar tempo após ter entrado em choque com os elementos da Marinha que exigiam a soltura dos 16 elementos da Associação presos dia 21 por ordem do Ministro. A prisão tinha sido decretada após uma manifestação feita por uns mil marinheiros no dia 20 de março, no Sindicato dos Securitários, contra o boicote que a Adminis-

tração Naval tinha feito contra uma visita de marinheiros à refinaria Duque de Caxias. Pelo que se sabe os burocratas da Petrobrás estavam de acordo com a Administração Naval e impediram a entrada dos primeiros marinheiros no local. Osmino Alves, o diretor da empresa, também estava de acordo com o boicote e inventou uma doença para não aparecer no local. Depois que os primeiros ônibus conduzindo os marujos foram barrados à entrada da Refinaria, a massa, ao chegar ao Rio, foi se concentrando na frente da sede da AMFNB, na rua São José. Exigiam explicações da diretoria, que, perplexa, lutava para evitar o desgaste que provinha daquela situação. Como explicar à massa as incongruências da política dos dirigentes da Petrobrás, que até algumas horas antes tinham se comprometido a permitir a visita dos marinheiros à Refinaria? Incapaz de "explicar" para a massa de outra forma que não através de uma concentração, a diretoria convocou uma assembléia no sindicato dos securitários, na Cinelândia. Os marinheiros estavam cansados, pois desde as 4 horas da tarde permaneciam de pé e em movimento. Antes da assembléia houve um incidente no trajeto dos marinheiros entre a rua São José e a Alvaro Alvim que poderíamos considerar cômico (apesar de por parte dos oficiais ter sido grave). Para chegar à Cinelândia os marinheiros tinham que passar em frente do Clube Naval, onde estavam os oficiais em "vigília cívica". Quando algumas centenas de marinheiros (sempre em grupos de 5 ou 10) passavam pelo clube, alguns oficiais quiseram prendê-los, arrastando-os para dentro do clube. Isto causou uma reação defensiva da massa e poderia ter havido um conflito de maiores proporções se alguns diretores da AMFNB não intervissem, impedindo que a massa aceitasse a provocação e continuando a marcha para o sindicato dos securitários. No sindicato, os oradores foram muito enérgicos em seu protesto, e o presidente da AMFNB exigia publicamente a demissão do ministro. Aqui começa a crise que terminou no primeiro de abril. Daí os marinheiros, de forma desordenada, deslocaram-se para a rádio Mayrink Veiga e lá também atacaram o ministro.

O aparente temor do ministro em ser atacado na assembléia dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos não era de todo infundado. Bastava ver o clima de agitação e revolta de grande parte dos marinheiros ali presentes. Mas que queria Silvio Mota com semelhante pedido? Nenhum dado tinham os diretores para crer no ministro. Primeiro porque ele nunca quiz ouvir os marinheiros e segundo porque até aquele momento o ministro só tinha tomado medidas punitivas contra os diretores da AMFNB, e por último, os emissários não possuíam nada que os identificasse como verdadeiros emissários, pareciam ter vindo mais para observar o rumo que tomariam os acontecimentos. Sem discussões foi rejeitado o "pedido". Apenas neste momento e depois quando já havia estourado a crise na Marinha os marinheiros receberam propostas dos homens do governo, daqueles mais interessados em evitar a crise.

Durante um momento acreditou-se que as contradições internas e os antagonismos de classe na Marinha poderiam ser resolvidos com uma fórmula vazia, como o "compromisso secreto" entre um grupo de marinheiros e seu "chefe mais alto". Porém Silvio Mota não era "o mais alto chefe": era o delegado dos almirantes e da burguesia querendo impor a disciplina aos marinheiros. O único que precisava de delegado e de disciplinador era o governo. O que estava em jogo era saber se os marinheiros podiam ou não influir na nomeação de ministros, e se seria mantida a tradição reacionária da escolha do ministro pelo Almirantado. (É de notar que as discussões entre o ministro e os oficiais eram sempre uma prestação de contas que estes exigiam daquele).

Quanto ao papel dos diretores da AMFNB, foi realmente equivocado, pois permitiram que a radicalização atingisse um ponto incontrollável. Ou melhor, aqueles que estavam à frente dos marinheiros e da Asso-

ciação se deixaram levar a reboque dos acontecimentos, sendo envolvidos pelo instinto de massa e acabando por tomar uma posição liquidacionista. Permitindo que os elementos da massa, em discursos improvisados nas concentrações, conduzissem os acontecimentos para um clima de tensão explosiva sem que tivessem consciência do que faziam, a diretoria da AMFNE deixou-se dominar pelo irrealismo político. Não teve as mínimas condições de lançar palavras de ordem corretas capazes de orientar o espontaneísmo dos marinheiros. Isto se percebeu claramente quando se soube no sindicato de metalúrgicos que marinheiros haviam sido metralhados por oficiais em frente ao ministério da Marinha. Uma onda emotiva se apossou de grande parte dos marinheiros presentes no sindicato e percebia-se que muitos não tinham a menor idéia de como agir num momento assim.

A assembléia dos metalúrgicos se desdobrou em tres etapas. No início, logo após a abertura da sessão, parecia que a noite ia ser muito pesada. O tom dos oradores não-marinheiros era carregado de uma fraseologia de "reformas de base", apoio ao governo, etc. Parecia até que no final todos iriam para suas casas tranquilos. O que houve no entanto é que após o primeiro orador marinheiro terminar exigindo de seus companheiros uma definição, começou uma reação incontrollável. Surgiram diversas propostas de marinheiros, desde marcharem todos para o Arsenal e se apresentarem presos até se concentrarem todos na segunda-feira em frente ao ministério para exigir de Silvio Mota a soltura dos presos. Tamanho equívoco e ilusão só poderia passar pela cabeça de quem não conhecesse a posição da oficialidade. Este não era o caso dos marinheiros. Que pensavam então os que propunham pressionar os oficiais de maneira tão "sui-generis"? Temos que compreender porque os marinheiros tendiam a ações de natureza pacífica apesar de suas intenções não serem nada pacíficas. A proposição de marchar até o Arsenal da Marinha era realmente suicida, pois os oficiais, temerosos, teriam condições de reprimir a tiros a manifestação de massa desarmada. Essa incapacidade de compreender que ao desencadear uma manifestação (ou rebelião) não se pode determinar limites para atingir os objetivos propostos fez com que os marinheiros subestimassem a reação na Marinha, não cogitando naquele momento da violência armada de que se poderiam servir os oficiais. Não adiantou nada falar tanto em violência, rebelião ou mesmo insurreição dos marinheiros quando a massa estava ainda num estágio primário de revolta. Assim é que, não podendo marchar para o Arsenal, os marinheiros resolveram se considerar "presos" no Sindicato dos Metalúrgicos, até que o governo "resolvesse" interferir no Conselho do Almirantado e cancelasse as punições.

E os marinheiros partidários da "rebelião pura e simples"? Estes, realmente, não podem ser responsabilizados pelos acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos. Porém os partidários deste método haviam perdido a influência sobre os marinheiros, além do que nunca constituíram um grupo homogêneo com um plano definido para atuar. Alguns se encontravam dentro do Sindicato e até apoiavam o método pacífico (ali improvisado). Aqui a história se repete, mas nem pela forma de violência armada, nem pela forma inteiramente pacífica. Os marinheiros encontraram o meio-termo, seriam violentos se os oficiais não recuassem. Prometiam uma rebelião quando deviam tê-la feito. Ameaçavam a sociedade burguesa de revolução usando palavras de reforma. Tal a essência do movimento dos marinheiros. Poderíamos ver os acontecimentos de maneira mais otimista. Mas o que queremos é tirar lições desta experiência. Por isso, é preciso dizer que quando Anselmo no seu discurso citou João Cândido, imaginava estar criando algo novo, alguma coisa revolucionária. Na realidade, estava apenas repetindo a caricatura do movimento de 1910 contra a chibata na marinha. Não via mais que um ato rebelde na atitude de João Cândido. Tentava transformá-lo em herói quando o mais que conseguiu foi transformar-se a si próprio em personagem carismático. A luta de classes na Marinha na época de João Cândido era tão diferente que os líderes e polí-

ticos da época de Anselmo eram incapazes de compreendê-la. E no outro dia pela manhã já se podia ver o resultado do "motim" dos marinheiros quando o almirante Aragão (servindo como mediador) aparecia no Sindicato dos Metalúrgicos junto com um oficial que se dizia chamar Saboia (capitão-de-fragata) que convidava os marinheiros a deixar o Sindicato e voltar para as unidades da Marinha. Fracassadas as negociações, uma hora depois chegava o capitão-tenente Sbragio comandando uma companhia de fuzileiros que cercaram o Sindicato. Foi dessa companhia que saíram 20 fuzileiros, solidários com os marinheiros, abandonando as armas. Aragão propunha naquele momento que os marinheiros embarcassem em ônibus militares e fossem conduzidos para o Arsenal. Claro que pessoalmente ele não queria essa solução, mas sentia sobre si toda a responsabilidade de ser o comandante da tropa de choque da Marinha, e nesta qualidade, de ter que tomar a direção do processo repressivo, coisa que ele não podia aceitar. Até ali o comandante do corpo de fuzileiros era o principal alvo da reação na Marinha, que o responsabilizava pela "ação subversiva na Armada". Demitido do comando, Aragão deixou campo livre para que alguns oficiais reacionários deslocassem para o Sindicato o batalhão "Riachuelo" com intenção de invadir o recinto numa operação de guerra, já que pela manhã do dia 26 um pelotão de fuzileiros havia abandonado as armas e entrado no Sindicato dos Metalúrgicos, aderindo ao "motim". No dia 27 de março quando os marinheiros aceitaram a fórmula de sair dali para um quartel do Exército e Aragão era reconduzido ao comando do Corpo de Fuzileiros, parecia que os marinheiros haviam triunfado. Os seguintes objetivos tinham sido atingidos: saída de Silvio Mota e sua substituição por Paulo Mário, nomeação de Pedro Paulo de Araujo Susano para o chefe do estado-maior da Armada e anistia geral para os marinheiros. Em seguida, saindo do quartel do Batalhão de Guardas para onde tinham sido conduzidos os marinheiros, confraternizados com os operários, foram até o Candelária. E quando chegaram à altura da Avenida Rio Branco ouviram estarecidos que os oficiais estavam todos mobilizados e armados contra o que supunham uma invasão dos marinheiros nas unidades navais. Neste momento o gabinete Paulo Mário, composto de oficiais que os reacionários acusavam de comunistas, decretava que todos os marinheiros deviam voltar para suas casas, mesmo aqueles que morassem a bordo dos navios. (Havia marinheiros que não tendo família no Rio moravam nos navios, pois o que ganhavam não dava para pagar o aluguel de um quarto). Os que viviam nestas condições foram dormir nos sindicatos operários espalhados pelo Rio. Novamente manifestaram-se alguns suboficiais e sargentos, notoriamente pertencentes ao Serviço Secreto, contra os marinheiros. David Bezerra lança manifesto contra e apoia os oficiais.

Os oficiais no Clube Naval e no Clube Militar estavam reunidos no que chamavam Sessão Permanente. Estavam alarmados também porque com os marinheiros as coisas tinham sido diferentes do que com os sargentos de Brasília. Houve manifestação de apoio aos marinheiros não só na Guanabara (onde um dia após a rebelião muitos marinheiros abandonavam as unidades para se juntar a seus companheiros nos sindicatos), como também em outros estados. Em Natal cerca de 400 marinheiros negavam-se a cumprir qualquer ordem dos oficiais e aguardavam o desenrolar dos acontecimentos no Rio. No Recife, onde o movimento da AMFNB era fraco, ainda assim os fuzileiros esboçaram uma resistência que foi logo abafada. Por último, nos navios que estavam na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, algumas centenas de marinheiros marcharam em direção da rua Ana Neri (Sindicato dos Metalúrgicos) para aderir ao movimento. No porta-aviões "Minas Gerais" um grupo numeroso de marinheiros decidiu sair apesar da proibição, e no caminho foi convidando os marinheiros de outros navios a acompanhá-los. A saída do Arsenal da Marinha eram já 300. Para atingir a rua tinham antes que passar pelo cais da "bandeira" no Ministério da Marinha, através de uma ponte que ligava a Ilha das Cobras à terra firme. Na metade do caminho entre a ilha e o cais os marinheiros foram metralhados por oficiais armados entrincheirados no prédio do Ministério.

Boa parte dos marinheiros da retaguarda que ainda se encontravam na ponte dispersaram-se e retrocederam para o Arsenal. Outros se atiraram na água e alguns chegaram nadando à praça Mauá enquanto outros ainda tomavam o rumo do cais do Loid brasileiro, sendo neste trajeto alvejados pelos oficiais no 4º andar do Ministério. Os restantes, uns poucos que se protegeram nos carros estacionados, foram presos, juntamente com os feridos, e levados sob custódia para a prisão. Mais tarde os oficiais saíram dizendo que tinham atirado para o alto para assustar a tropa...

Desarmados os marinheiros, a reação se manteve na ofensiva até o golpe. Uma fração dos oficiais que os marinheiros tinham indicado para os comandos, estava neutralizada e desmoralizada. Não pode resistir à contra-revolução - comum inimigo "dos oficiais progressistas e marinheiros" - e se apagou, não sem ter antes impedido a ação dos subalternos. Acabou voltando para casa e deixando o resto com os reacionários

VII- Conclusão

No dia 25 de março os marinheiros tentaram aparecer diante do governo como enérgicos defensores do programa de reformas de base, como um sólido apoio para que elas fossem postas em prática. A favor das reformas, desejando a revolução, os marinheiros esqueceram a insurreição nos navios e foram ao sindicato dialogar com o governo. O discurso de Anselmo mostra claramente esta atitude. Nada se encontra nele que não confirme a crença dos marinheiros em João Goulart. Era um apelo à "consciência patriótica" do Senado e da Câmara para reformar as limitações da Constituição de 1946. Acreditavam os marinheiros ligar-se por aí ao resto do povo. Confundiam seus desejos com a realidade.

Jango não apareceu na assembléia. Não desejava se comprometer assim, tão abertamente, com os subalternos. Brizola também havia sido convocado, mas não compareceu. Seu representante, o deputado Max da Costa Santos, adotou uma posição de prudência. Talvez por não querer aparecer como instigador dos marinheiros. Já tinha a experiência de seu envolvimento na revolta dos sargentos em Brasília. Sentia-se entretanto atraído pelo radicalismo de alguns membros da AMFNB e, como representante radical do pensamento político da classe média, não via nada demais em estar ali junto com os soldados. Achava mesmo que estava cumprindo um papel revolucionário. Junto com Max da Costa Santos estavam alguns líderes sindicais que apesar do apoio que davam à "rebelião dos marujos", pretendiam na prática mostrar ao governo sua própria "influência" entre os marujos. Estes, por sua vez, acreditavam que estando presentes no sindicato o maior número de pessoas ligadas ao governo, isto aumentaria sua base de sustentação, permitindo inclusive evitar a expulsão de Anselmo da Marinha, fato já consumado aliás, com sua última punição disciplinar, fono o processo que respondia, junto com outros diretores da Associação, como incurso no Código Penal Militar. Porém o que levou os marinheiros eles próprios a apoiar os diretores da Associação não foi a presença de representantes do governo na assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos. Foi o temor em perder direitos já adquiridos através da ação da AMFNB. A importância do direito de voto não era ainda essencial para os marinheiros, mas o desaparecimento da AMFNB após a expulsão da Marinha de seus diretores, era coisa que eles não aceitariam sem reagir. Por isso os dirigentes da Associação jogaram tudo no dia 25 de março, pois tinham certeza da expulsão que viria a seguir assim como da incapacidade dos oficiais "simpatizantes" da AMFNB em deter a onda de perseguições que se seguiria ao processo de expulsão. Os exemplos históricos eram bem vivos na mente deles.

João Cândido depois de triunfar com sua rebelião fora massacrado em nome da manutenção da ordem na Marinha (na época da revolta da chiba-

ta), e mesmo depois de assassinados muitos de seus companheiros, sofreu implacável perseguição até sua morte (que ocorreu após o golpe de 1964). Os fantasmas destes acontecimentos estavam na cabeça dos diretores da Associação. Eles mesmos tinham ido buscar no passado a inspiração para se opor à opressão existente na Marinha, transformando João Cândido (nome banido da história oficial) em símbolo vivo da revolta dos marinheiros. Os dirigentes de 1964 tomaram como que emprestadas suas palavras de ordem (que eram poucas) e com elas levaram à revolta seus companheiros. Tendo ressuscitado os acontecimentos de 1910, os marinheiros não confiavam inteiramente em oficiais como o almirante Aragão, Washington França Braga e tantos outros. Para fortalecer esta desconfiança, pesava a relativa fraqueza destes oficiais na estrutura da Marinha. Quando os comandantes mais reacionários começaram a perseguir em suas respectivas unidades os diretores da Associação, prendendo-os arbitrariamente, e as vezes passando mesmo por cima da orientação do próprio Conselho do Almirantado, oficiais como Aragão transformavam-se em carcereiros de marinheiros presos, pois era no Presídio Naval, sob a guarda dos fuzileiros, que se cumpriam as penas. Mesmo contra a vontade de Aragão, eram ali cometidas arbitrariedades contra os prisioneiros, que iam desde o isolamento em celas medievais (a prisão era a mesma por onde passaram João Cândido e seus companheiros de 1910!) até castigos com choques elétricos para curar bebedeiras. Para ali eram conduzidos os diretores da Associação, afim de cumprir "penas disciplinares". Ficava clara para eles a fraqueza dos oficiais progressistas, que não eram capazes de suprimir este tipo de tratamento. (Não se poderia exigir muito, no entanto, de indivíduos que também acreditavam na legenda "Tamandaré", tão em voga na Marinha). Em dezembro de 1963 quando os comandantes reacionários, nos navios, compreendendo o perigo que representavam em suas unidades os marinheiros da Associação, iniciaram um processo de depuração das guarnições, a Associação tentou reagir, afim de evitar que os companheiros considerados "perigosos" fossem transferidos para longe da Guanabara. Para tanto, recorreu à influência dos comandantes leais ao governo afim de deter a ação dos reacionários. Mas estes afrouxaram, e na prática nada fizeram contra as depurações.

Não é preciso ir muito longe para ver que estes antecedentes pesaram na atitude intransigente dos marinheiros, que enfrentavam um adversário que dispunha do poder de Estado para utilizá-lo, quando necessário, para destruir a Associação. A confiança que os marinheiros ainda depositavam no governo mostrava sobretudo a debilidade de seu próprio movimento, que não contava de resto, com o apoio -salvo verbal- do resto da esquerda. O resultado é que uma "rebelião" como aquela, que não pretendia sair dos limites da Constituição burguesa de 1946 (propondo-se apenas modificá-la em alguns parágrafos) foi explorada pelos gorilas da Marinha como prova de "um plano executado com perfeição e dirigido por um grupo já identificado pela nação brasileira como interessado na subversão geral do país, com características nitidamente comunistas" (Manifesto do Clube Naval, publicado no apêndice).

Aqui aparece a diferença entre os métodos do Conselho do Almirantado e os dos marinheiros no contexto de crise nacional. Estes, mesmo os mais radicais (incluindo aí os partidários da rebelião na Esquadra) lutavam sem uma visão da luta de classes da sociedade burguesa, contestando pura e simplesmente a autoridade que representava um poder coagindo o marinheiro, e levando-a a uma reação imediatista e espontânea. Por isso, eles esbravejavam sem nenhum plano concreto para o caso de evolução desfavorável da "rebelião". Nisto estava a limitação fundamental do método empregado pelos marinheiros. Não consideravam a efetiva viabilidade de seu plano de contestação do regime e confundiam os objetivos de um organismo de massa como a AMFNB e o programa de um governo que não conseguia garantir nem a si próprio. Os verdadeiros interesses dos marinheiros não estavam atrelados às reformas burguesas. Não o compreenderam

assim os dirigentes da Associação, condenando-se na prática à luta pacífica, facilmente explorada pelos reacionários da Marinha. No Sindicato dos Metalúrgicos poderia ter havido um massacre, ao gosto dos oficiais reacionários, e se não houve, foi porque o governo se colocou como conciliador atuando no sentido de evitar que os acontecimentos transbordassem dos limites da caserna, convencendo os marinheiros que se deixassem conduzir "presos" para uma unidade do Exército. Mesmo durante os dias de crise, quando os marinheiros se negavam a abandonar o Sindicato dos Metalúrgicos, a ação de homens como Darci Ribeiro, mais alguns dirigentes do CGT, cuja atitude foi bastante enérgica, evitou que os oficiais mais reacionários do Exército e da Marinha promovessem a invasão do Sindicato com o objetivo de prender os diretores da Associação, ali presentes, e dispersar a massa marinheira. Darci Ribeiro, chefe da casa civil do governo, foi um dos que intervieram a favor dos marinheiros, opondo-se à pressão dos oficiais que queriam o massacre.

Carece de utilidade aqui descrever todos os fatos destes dias. Seria preciso além disso levar em conta o quadro completo das lutas marinheiras e os antagonismos de classe dentro da Marinha, incluindo a posição entre os oficiais liberais e os já comprometidos com o golpe, que queriam agravar a situação criada com a "rebelião" para conseguir a unidade dos golpistas. Individualmente, os dirigentes da Associação se equivocaram ao pretender modificar em seu favor os acontecimentos que motivaram as prisões dos demais diretores. Mesmo Anselmo, em seu discurso, foi corrigido pelos outros oradores marinheiros. A massa marinheira, presente no Sindicato, não se enganava quanto a seus interesses, exigindo inclusive a mudança de ministro da Marinha. Mas naquele momento tal exigência assumia já um caráter revolucionário. Por isso podemos repetir aqui o que algumas forças da esquerda, na época, afirmavam. A "rebelião dos marinheiros" foi o motivo que fez muitos oficiais nacionalistas aderirem ao golpe. Mas podemos acrescentar que a "rebelião" também pos a descoberto a completa desorganização dos oficiais nacionalistas, inclusive no referente à própria defesa das reformas de base. Aqui a história se repete. Em 1952, quando da representação a marinheiros a bordo das unidades navais, a corrente nacionalista era bastante forte dentro do Exército. Mas nada se fez para evitar a tortura, em quartéis do Exército, de marinheiros presos por ordem do ministro.

Deixar de lado a visão de classe para se acomodar com considerações genéricas e reservas críticas a respeito da conduta de oficiais que na prática acabaram não fazendo coisa alguma, sem colocar a questão sobre qual setor representava realmente as forças populares no seio da Armada, é uma atitude que nos parece inconsequente. Um último exemplo mostra qual era a relação real entre os oficiais nacionalistas ou simplesmente liberais e os marinheiros. No dia 26 de março um grupamento do corpo de fuzileiros navais em frente do Sindicato dos Metalúrgicos ouviu indeciso o chamamento dos marinheiros que estavam dentro, para que abandonassem as armas e aderissem ao protesto marinheiro. O almirante fuzileiro Sinaí tentou convencer os marinheiros a abandonar o recinto e voltar às unidades. Aproximou-se do alambrado que cercava o Sindicato e fez um pequeno discurso que se encerrava pelo seguinte apelo: "meus filhos, vamos para nossas casas, é lá que temos que resolver nossas diferenças" (por certo casa aqui quer dizer quartel). Os marinheiros gritaram para o almirante em resposta: "gorila, gorila, vã embora!". É evidente que o almirante Sinaí não estava do lado dos golpistas. Porém não se poderia exigir dos marinheiros, acostumados a ficar calados mesmo quando tinham razão, um comportamento de bom senso que lhes permitisse distinguir em qualquer situação um "bom" almirante dum gorila....

NESTE NUMERO

A DISCUSSÃO DE NOSSO PROJETO DE PLATAFORMA ----- p.3
FERNANDO DE ANDRADE : NOSSA PLATAFORMA E ALGUMAS OUTRAS
CONCEPÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA --- p.4
PEDRO ALVES : MARXISMO E RADICALISMO PEQUENO-BURGUES ----- p.14

Textos em curso de publicação :

GRUPO ALA-VPR 1 : BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA
(continuação)---- p.20
CAPIVARA : O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA DE
PERNAMBUCO (conclusão) ----- p.25
B. MIGUEL : A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS (capítulo VI, Con-
clusão e apêndices) ----- p.34

Como participar ativamente da discussão de nosso Projeto de Plataforma?

O ideal seria que cada companheiro organizasse no meio onde atua, no organismo onde milita, o estudo e a discussão crítica do Projeto. E que nos enviasse por escrito as conclusões, ou ao menos as opiniões e sugestões sobre (a) as questões que não foram tratadas ou o foram insuficientemente, mas que seriam igualmente determinantes no processo de elaboração do programa marxista da revolução brasileira e de reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil num Partido Comunista; (b) as divergências reais com nosso Projeto; (c) os métodos mais adequados para levar adiante o processo de luta ideológica; (d) as formas imediatas de reunificação dos grupos, círculos e organizações que se ponham de acordo sobre as questões fundamentais da Revolução.

LEIA, DISCUTA, DIVULGUE, CRITIQUE E COOPERE COM DEBATE E TEORIA Y
PRACTICA

ORGÃOS DE REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-LENINISTAS DO BRASIL

DEBATE, PELA LIBERDADE ! DEBATE, PELO SOCIALISMO!

CONTRA A DITADURA MILITAR ! PELA LIBERDADE !
CONTRA O IMPERIALISMO ! PELO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
CONTRA OS MONOPOLIOS ! E SOCIAL DO BRASIL !

POR UM REGIME DE DEMOCRÁCIA REVOLUCIONARIA

ABRINDO A VIA AO SOCIALISMO !

APROFUNDAR E DESENVOLVER COM CONSEQUENCIA A LUTA IDEOLOGICA !

LIGAR-SE A LUTA DIRETA DE MASSAS ! UNIR-SE AO POVO PARA UNIR O POVO !

REUNIR OS MARXISTAS-LENINISTAS NO PARTIDO REVOLUCIONARIO DA CLASSE

OPERARIA !

Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado?

Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes.

A verdade deve ser dita:

Quem, neste País, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das Reformas de Base; quem tenta subverter são aqueles que expulsaram da gloriosa Marinha o nosso diretor em Ladário por ter colocado na sala de reuniões um cartaz defendendo o monopólio integral do petróleo; quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do Comitê das Reformas.

Somos homens fardados. Não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias. Entretanto, neste momento histórico, afirmamos o nosso entusiástico apoio ao decreto da SUPRA, ao da emancipação da Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos aluguéis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil. Na data de hoje comemoramos o nosso segundo aniversário, isto é, o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Ao nosso lado estão os irmãos das outras armas: Sargentos do Exército e da Aeronáutica, soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Estão, também, companheiros da mesma luta, os sargentos da nossa querida Marinha de Guerra do Brasil. Aqui, sob o teto, libertário do Palácio do Metalúrgico, sede do glorioso e combativo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara, que é como o pórtico em que vem ancorar o encorajado de nossa Associação, selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos da Marinha com os nossos irmãos militares do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e com os nossos irmãos operários. Esta unidade entre militares e operários completa-se com a participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas na comemoração da data aniversária de nossa Associação.

Nós, marinheiros e fuzileiros, que almejamos a libertação de nosso povo, assinálamos que não estamos sôzinhos. Ao nosso lado lutam, também, operários, camponeses, estudantes, mulheres, funcionários públicos, e a burguesia progressista, enfim, todo o povo brasileiro.

Nosso empenho é para que sejam efetivadas as Reformas de Base. Reformas que abrirão largos caminhos na redenção do povo brasileiro. Eis por que, do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos à Nação que apoiamos a luta do Presidente da República em favor das Reformas de Base. Aplaudimos com veemência a Mensagem Presidencial enviada ao Congresso de nossa Pátria.

Clamamos aos deputados e senadores que ouçam o clamor do povo, exigindo as Reformas de Base. Ainda esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares. E com urgência reforme a Constituição de 46, ultrapassada no tempo, e fim de que, extinguindo o parágrafo 16 do Artigo 141, possa realmente, no Brasil, se fazer uma Reforma Agrária. Dizemos que somos contrários à indenização prévia em dinheiro para desapropriações. O bem-estar social não pode estar condicionado aos interesses do Clube dos Contemplados. É necessário que se reforme a Constituição para estender o direito de voto aos soldados, cabos, marinheiros, e aos analfabetos. Todos os alistáveis deverão ser elegíveis, para que novamente não ocorra a injustiça como a cometida contra o sargento Almoré Zoch Cavalheiro.

Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defen-

Reproduzimos a seguir tres documentos

que servem de apêndice à História da

Associação de Marinheiros de B. MIGUEL.

Foram publicados em "História das revo-

luções brasileiras" de Glauco Carneiro

(Edições O Cruzeiro, vol. II, pp. 600-

603.)

Esta editora sendo bem conhecida, é inutil

lembrar o leitor de que o livro em ques-

tão só interessa pelos materiais que pu-

blica, sendo, de resto, uma vulgar apolo-

gia do golpe de Estado do dia 31 de março

de 1964...

Documento N.º 1

Discurso do Cabo Anselmo

Na sessão solene que precedeu, ou melhor dizendo, iniciou o motim dos marinheiros na Semana Santa, o Cabo José Anselmo, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, pronunciou o seguinte discurso:

"Aceite, Senhor Presidente, a saudação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas-de-casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas; aceite, Senhor Presidente, a saudação daqueles que juraram defender a Pátria, e a defenderão se preciso for com o próprio sangue dos inimigos do povo: latifúndio e imperialismo; aceite, Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. Brasileiros civis e militares! Meus companheiros! A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de Liberdade, as perseguições e as injustiças sofridas, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura, e da recreação, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil.

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, a qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros?

demons intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: "Todos são iguais perante a Lei". Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico impede até o casamento; não interferência do Conselho de Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB; estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília.

Iniciamos esta luta, sem ilusões. Sabemos que muitos tomarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde os nossos filhos possam aprender com orgulho a História de uma Pátria nova que começamos a construir para que se construam fábricas e estradas por onde possam transitar nossas riquezas. Para que o nosso povo encontre trabalho digno, tendo fim a horda de famintos que morrem dia a dia, sem ter onde trabalhar nem o que comer. E sobretudo para que a nossa Bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a Paz, a Igualdade e a Justiça Social.

Documento N.º 2

O Manifesto dos Almirantes

Logo depois de terminado, mediante as concessões já explanadas, o motim dos marinheiros, lançavam os oficiais generais da Armada o seguinte manifesto:

"A Nação, ao Congresso Nacional, às Assembleias, aos governadores, aos chefes militares e a todos os cidadãos:

"Alertamos o povo — nós, almirantes, comandantes e oficiais da Marinha — para o golpe aplicado contra a disciplina na Marinha, ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha a demissão de Ministros e autoridades navais e se atreva a indicar substitutos. Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros, fuzileiros, que em compacta maioria continuaram e continuam fiéis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha. O que este golpe representa é ameaça a todas as instituições do País está patente, na forma e na essência, e só nos resta alertar a Nação para que se defenda, enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria. Continuamos unidos e dispostos a resistir por todos os meios ao nosso alcance às tentativas de comunicação do País.

"Os amotinados que se abrigaram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos infringiram rudemente o Código Penal Militar, cometendo, portanto, crimes e não apenas transgressões disciplinares. Três crimes estão explicitamente capitulados nos seguintes artigos do Código citado: 130, motim e revolta, títulos 1 e 2; 133 e 134, aliação e incitamento; e 141, insubordinação. Tendo cometido crimes, os amotinados não poderiam ser postos em liberdade, anistiados ou o que seja pelo Presidente da República. Teriam de ser submetidos a Conselho de Justiça, que os condenaria ou absolveria. Pelo que, o ato do Presidente da República foi inequivocamente abusivo e ilegal."

Documento N.º 3

O Manifesto do Clube Naval

"A Marinha do Brasil, dentro da missão que lhe é atribuída pela Carta Magna, tem por dever zelar pela lei, pela ordem e pela defesa das instituições.

Vinha o Clube Naval mantendo silêncio na intenção de não agravar mais ainda o conturbado panorama político-social do País.

Os últimos acontecimentos, porém, mostraram que a Marinha, como instituição militar, foi inteiramente abalada em seus próprios fundamentos.

Um ato de indisciplina, praticado por um grupo de militares, foi acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia, fundamental em qualquer Organização, principalmente as militares.

Esses lamentáveis acontecimentos foram o resultado de um plano executado com perfeição e dirigido por um grupo já identificado pela Nação brasileira como interessado na subversão geral do País, com características nitidamente comunistas.

O fato de a Associação de Suboficiais e Sargentos da Marinha e do Clube Humaitá terem-se manifestado contrariamente a esses episódios demonstra que a Marinha, em sua expressiva maioria, com seu pessoal subalterno, continua trilhando as tradições de bem servir à Pátria. Demonstra também que, contrariamente ao que querem fazer os agentes desagregadores, a Marinha não possui classes ou castas. Trabalha para cumprir sua missão como um todo, com seu pessoal distribuído por postos e graduações, que vão de grumete a almirante, com fundamento na hierarquia, base da organização militar.

Os elementos que se indisciplinaram, dentro de tática facilmente reconhecível, apresentaram reivindicações, algumas justas e outras absurdas, como se esses problemas pudessem ser resolvidos, numa corporação militar, desta maneira. E de se notar que muitas das reclamações expostas têm sido há anos consideradas, sendo a Marinha a pioneira da Assistência Social nas Forças Armadas.

Deve ser esclarecido, outrossim, que, na Marinha do Brasil, seus subalternos têm tratamento igual ou superior ao de qualquer outra Marinha do País. A Marinha os transforma em técnicos especializados, áreas não só a ela como a eles mesmos e ao País, proporcionando-lhes inclusive a possibilidade de alcançarem o oficialato e até mesmo o Almirantado.

Vem assim o Clube Naval, interpretando o sentimento unânime dos seus associados, comunicar à Nação que:

a) — A indisciplina foi coordenada e dirigida por elementos totalmente estranhos à Marinha.

b) — O acobertamento dessa indisciplina, violentando o princípio da autoridade, dificultou e, possivelmente, impedirá o seu exercício através de toda a cadeia hierárquica a bordo dos navios, nos quartéis e estabelecimentos navais.

E o mais lamentável é que a palavra do Governo empenhada ao Ministro da Marinha, no sentido de punir a insubordinação, não foi cumprida. Pouco depois, a punição de todos os subalternos foi relevada e o princípio de autoridade mutilado.

O grave acontecimento que ora envolve a Marinha de Guerra, ferindo-a na sua estrutura, abalando a disciplina, não pode ser situado apenas no setor naval. É um acontecimento de repercussão nas Forças Armadas e a ele o Exército e a Aeronáutica não podem ficar indiferentes. Caracteriza-se, claramente, a infiltração de agentes da subversão na estrutura das Forças Armadas. O perigo que isto representa para as instituições e para o Brasil não pode ser subestimado."

A SOLIDA ORGANIZAÇÃO ILEGAL DOS CENTROS DO PARTIDO, A APARIÇÃO SISTEMÁTICA DAS PUBLICAÇÕES ILEGAIS, E, O QUE É MAIS IMPORTANTE, A EXISTÊNCIA DE CELULAS LOCAIS E SOBRETUDO DE CELULAS DE EMPRESA DIRIGIDAS POR ELEMENTOS DE VANGUARDA PROVENIENTES DIRETAMENTE DOS MEIOS OPERÁRIOS, VIVENDO EM ESTREITO CONTACTO COM AS MASSAS, TAL É A BASE SOBRE A QUAL INSTALAMOS O NUCLEO, DE UMA FIRMEZA A TODA PROVA, DO MOVIMENTO OPERÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA E REVOLUCIONARIO. E ESTE NUCLEO ILEGAL ESTENDERÁ SUAS RAMIFICAÇÕES, PROPAGARÁ SUA INFLUÊNCIA, DE MANEIRA INCOMPARAVELMENTE MAIS AMPLA QUE ATÉ AGORA...

LÊNIN,

NO BOM CAMINHO